



**PROGRAD**  
UFSM

## 3º COMPARTILHANDO SABERES

EIXO TEMÁTICO:

Instituições, Gestão e Compromisso

Social

compartilhando  
saberes

ISSN: 2595-8879

V.3 (2019)



## A HISTORICIDADE DA OFERTA DOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES PELOS INSTITUTOS FEDERAIS: AVANÇOS OU RETROCESSOS? Eixo: Instituições, Gestão e Compromisso Social

Ana Paula de Almeida<sup>1</sup>  
Mariglel Severo Maraschin<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente texto visa discutir a historicidade da oferta dos cursos técnicos subsequentes pelos Institutos Federais, a fim de compreender os contextos históricos que os cursos técnicos subsequentes assumem ao longo de sua trajetória. Trata-se de um recorte histórico a partir da década de 1990 até na atualidade, identificando os principais movimentos que influenciam a formação para o trabalho. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo como aporte teórico os estudos de Ciavatta, Frigotto e Ramos (2005). Os dados revelam que as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho têm produzindo mudanças radicais nas relações de trabalho e na vida dos trabalhadores e consequentemente nos fazeres pedagógicos. Nesse sentido, novos movimentos começam a ser vislumbrados com a criação dos Institutos Federais, assim possibilitando uma formação mais cidadã, voltada a integração e valorização dos cursos técnicos subsequentes. Entretanto, um novo movimento surge, com a Lei 13.415/2017, evidenciando novamente a cisão entre educação geral e formação técnica. Deste modo, este estudo reflete a real intenção das políticas voltadas a formação profissional.

**Palavras-chave:** Historicidade, Cursos Subsequentes, Institutos Federais.

### INTRODUÇÃO

O presente texto insere-se a temática trabalho e educação no centro do debate dos estudos do Grupo Transformação - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas e Trabalho Pedagógico na Educação Profissional, do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. Com o objetivo de construir a historicidade dos Cursos Técnicos Subsequente no âmbito dos Institutos Federais, organizou-se quatro movimentos distintos que tecem reflexões sobre os aspectos históricos,

<sup>1</sup> Assistente Social do IFRS - Campus Ibirubá, Bacharel em Serviço Social, Mestra em Educação Profissional e Tecnológica. E-mail:[ana.almeida@ibiruba.ifrs.edu.br](mailto:ana.almeida@ibiruba.ifrs.edu.br)

<sup>2</sup> Docente no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM) e no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do CTISM/UFSM, Licenciada em Pedagogia, Mestra e Doutora em Educação. E-mail: [marigleism@hotmail.com](mailto:marigleism@hotmail.com)



sociais e educacionais do desenvolvimento das políticas em Educação Profissional (EP).

Para compreender como se configura a historicidade dos Cursos Técnicos Subsequentes, torna-se relevante entender quais foram os principais impactos na sua concepção e intencionalidade, principalmente na oferta que os cursos subsequentes produziram no interior das instituições, especialmente a partir da década de 1990 com as mudanças na reorganização da Rede Federal até os dias atuais.

Considerando, a amplo impulso da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica nos últimos anos no desenvolvimento das Políticas Públicas Educacionais. A inserção dos Institutos Federais (IFs), criados pela Lei nº 11.892/2008, trouxe uma nova configuração da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Representando um avanço, pois consolida uma nova perspectiva de educação voltada para setores historicamente marcados por desvantagens sociais e econômicas, a partir de um “estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.” (BRASIL, 2010, n.p).

O Decreto nº 7.044/1982, estava em vigor na década de 1990, representa o fim da obrigatoriedade da profissionalização, sob a perspectiva de que a formação se voltava à preparação para o mercado. Nesse contexto a formação profissional preconiza a separação entre Educação Geral e Educação Profissional, conforme determina o Decreto nº 2.208/1997, “a educação profissional terá organização curricular própria e independente do ensino médio.” (BRASIL, 1997, n.p).

Posteriormente, com um novo movimento entra em cena, a EP passa a ser mediada pela relação entre o trabalho e a educação, o que pressupõe formação para o trabalho, garantida também pelo Decreto nº 5.154/2004. Mais recentemente, o Decreto nº 13.415/2017, pressupõe novamente a cisão entre Educação Básica e Educação Profissional.

Sob esse prisma, os Cursos Técnicos Subsequentes, situam-se entre Educação Básica e Educação Profissional, o qual constituem um importante mote a este estudo, já que, por causa de sua disposição, após a Educação Básica e, às vezes, posterior ao Ensino Superior, constituem o lócus desta investigação, cuja trajetória é atravessada por essas histórias e tensões da Educação Profissional



brasileira. Sendo que esses movimentos perpassam os Cursos Técnicos Subsequentes encontram um terreno fértil para consolidar uma formação profissional destinada às pessoas que já concluíram o Ensino Médio, assim, comprehende-se que há carência de estudos e de referências.

## DECRETO Nº 7.044/82 - PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO

A década de 1990 foi marcada por um processo de reorganização da Rede Federal, com o objetivo de alinhar a formação de técnicos à reestruturação produtiva, visando fortalecer instituições frente ao novo cenário político do país. O Decreto nº 7.044/82 que estava vigente no início da década de 1990, regulamentando a oferta dos Cursos Técnicos Subsequentes, denominados “cursos técnicos”. A oferta aboliu a exigência da qualificação para o trabalho no 2º grau, ditada pela Lei nº 5.692/71, ficando a habilitação profissional como opcional para os estabelecimentos de ensino.

Assim, o que consolidou o decreto nº 7.044/82 foi os Pareceres 76/75 que “visava tornar o jovem consciente do domínio que deve ter das bases científicas que orientam uma profissão e levá-lo à aplicação tecnológica dos conhecimentos meramente abstratos transmitidos até então pela escola.” (CUNHA, 2014, p. 9). Sendo assim, as normas para o tratamento à preparação para o trabalho nos sistemas de ensino eram definidas, para cada grau, pelo respectivo Conselho Estadual de Educação (CEE).

Com base em Ciavatta e Ramos (2012), com a Lei nº 7.044/82, ocorre reforço à flexibilização da profissionalização no ensino de segundo grau. Enquanto, Ramos (2005), assinala que o objetivo do governo era criar um Sistema Nacional de Educação Tecnológica, a fim de unificar e fortalecer essa rede de ensino, assim como transformar as Escolas Técnicas Federais em CEFETs, a fim de “impedir seu sucateamento, por dificultar tentativas de estadualização (transferência para os sistemas estaduais), senaização (transferência para Senai) ou privatização (transferência para o mercado).” (RAMOS, 2005, p. 35).

A intenção do governo era clara: vincular à implantação do ensino superior, o que condicionaria sua permanência no Sistema Federal de Ensino. Por meio do



Decreto nº 2.406/1997 esse processo, gradativamente, reconfigura a identidade dos novos CEFETs. A proposta do governo era, portanto, realizar uma mobilização em torno da reformulação curricular no interior das instituições, frente à implantação de um currículo comum da Educação Tecnológica. Todavia, a partir do debate entre as instituições, os seus representantes passam a defender diferentes concepções no entendimento da educação:

A discussão travada entre representantes das escolas - especialmente os diretores de ensino - trouxe o conflito entre diferentes concepções de Educação Tecnológica. Uma delas centrava-se na formação humana, incluindo a construção sistematizada do conhecimento articulada com o mundo do trabalho em suas múltiplas dimensões; a outra possuía viés tecnicista e economicista na ótica do capital humano. Num contexto econômico-político neoliberal, as políticas relativas a essa rede de ensino na primeira metade da década de 90 foram permeadas por esse conflito e hegemonizadas pela segunda visão. (RAMOS, 2005, p. 37).

A proposta de Lei expressa as reivindicações das classes economicamente favorecidas da sociedade, para quem a educação para o trabalho não cabia na concepção de mundo. A classe trabalhadora vê, então, diminuídas as suas possibilidades de acesso à universidade pública e a consequente exploração do trabalho precário.

Desta forma, a rede privada ganha espaço e sai fortalecida graças à sua maleabilidade diante da implantação da profissionalização, o que lhe possibilita assumir o caráter propedêutico da antiga escola média como instância preparatória para o vestibular. Isso facilita também a proliferação de cursinhos pré-vestibulares, que elitizam mais ainda o acesso às universidades públicas. Na próxima seção, discute-se a continuidade do movimento que reforça a dualidade entre EB e EP.

## **DECRETO Nº 2.208/97 - MOVIMENTO DE REFORÇO DA DUALIDADE**

Os anos de 1990 suscitam importantes discussões em relação à concepção política assumida pela EP, frente a dinamicidade por meio da qual proliferam as reflexões em torno da oferta dos cursos técnicos subsequentes. As discussões e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, evidencia-se a preocupação em qualificar para o trabalho, tanto no Ensino Médio



quanto na EP. Logo após a aprovação da LDB, o Decreto nº 2.208/97 regulamenta a EP nos níveis básico, técnico e tecnológico. Este Decreto traça a visão do governo sobre a EP, “restringindo a oferta de nível médio integrado ao curso profissionalizante, fazendo assim com que os CEFETs buscassem tornar seu perfil voltado para os Cursos Subsequentes e superiores.” (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 32).

Para Manfredi (2002), a nova LDB e o Decreto nº 2.208/97 representam o triunfo do projeto de reforma da EP, oriundo da classe empresarial, mantendo a dualidade entre formação geral de Ensino Médio e formação técnica, o que resulta na criação de uma nova institucionalidade da EP. Essa reforma elege a profissionalização juvenil como a trajetória escolar mais apropriada a camadas populares, através da formação profissional pós Ensino Médio, possibilitando uma solução veloz às transformações do mundo produtivo, por sua natureza voltada à adaptação desses sujeitos ao mercado de trabalho.

Importa salientar que, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), os Cursos Técnicos Subsequentes ganham lugar privilegiado, dada a concepção de educação do governo, consoante à lógica dos Cursos Técnicos Subsequentes, isto é, uma formação rápida voltada ao mercado de trabalho. Ao assumir o ideário compatibilizado com o desenvolvimento do mercado e com a pedagogia das competências à empregabilidade, as Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são aprovados para orientar a organização curricular da EP pelo Parecer CNE/CEB nº 16/99 e Resolução CNE/CEB nº 4/99.

O Parecer CNE/CEB nº 16/99 as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Profissional de Nível Técnico, incluindo as formas de organização curricular, sob uma lógica da Pedagogia das Competências como mais apropriada ao contexto sócio histórico do país. Sendo que a formação profissional é tratada sob o olhar que o sujeito faz de si próprio, como também de seus valores, costumes e comportamentos.

De acordo com o texto, o currículo é fracionado em conjunto de blocos de competências, com ênfase nos conhecimentos técnicos, na formação profissional capaz de tornar o sujeito eficiente às diversas situações de trabalho, porém sem capacidade de leitura de mundo e de suas contribuições nesse contexto, sobretudo, como cumpridor de seus ofícios e obrigações, constituindo-se, definitivamente, como



uma formação precária. O conteúdo do Parecer CNE/CEB n.º 16/99 parte da compreensão de que as competências estão vinculadas “à capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores.

Posteriormente, o decreto nº 2.267/97, que efetiva o projeto mencionado anteriormente que dispõe sobre a apresentação dos projetos das Escolas Técnicas Federais e das Escolas Tecnológicas, visando à transformação em CEFETs. Essa rede passa a ser regida por dois conjuntos de CEFETs: os instituídos antes de 1997 e aqueles que surgem depois, designados ironicamente pela comunidade de “cefetões” e “cefetinhos”.

Em síntese, com a política educacional implementada no Brasil durante o período de vigência da Lei nº 7.044/82 e do Decreto nº 2.208/97, os chamados CEFETs ofertam o ensino subsequente e regular. Como não podiam disponibilizar cursos integrados, alguns optam por ofertar o Ensino Médio Regular, e outros, os Cursos Técnicos Subsequentes, amparados na Lei nº 7.044/82, conforme o artigo 4º, parágrafo 2º: “A preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau, poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino.” (BRASIL, 1982, n.p).

Conforme os estudos de Ramos (2010), ao situar a configuração dos Cursos Técnicos Subsequentes em relação ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Ensino Técnico, a manutenção das formas além da integrada se deve tanto à necessidade de se construir um consenso com os diversos segmentos da sociedade que ofertam a EP quanto ao reconhecimento da diversidade de necessidades da população jovem e adulta brasileira às quais essas formas podem também atender. Compreende-se que a oferta dos Cursos Subsequentes pela Rede Federal foi uma concessão, ou melhor, uma correlação de forças políticas em disputas. A seguir, discute-se um novo movimento, isto é, uma outra perspectiva de formação profissional.

## DECRETO 5.154/04 - UM NOVO MOVIMENTO

As mudanças nos rumos do país são marcadas pela chegada do governo progressista em 2003, sob um forte compromisso popular do presidente Luís Inácio



Lula da Silva, cujo objetivo passa a ser corrigir as distorções históricas que envolvem concepções e práticas decorrentes de ações pensadas pelo governo anterior.

Inicia-se, assim, um movimento de discussão em torno da Educação de Ensino Médio e da EP. A Rede Federal de EPT, criada pela Lei nº 11.892/2008 institui os IFs, possibilitando uma nova configuração da EPT no Brasil, voltada a uma formação integrada de sujeitos historicamente em desvantagens sociais, educacionais e culturais.

Nesse contexto e considerando uma complexa movimentação de esforços da sociedade civil e de intelectuais, surge o Decreto nº 5.154/2004, assinalando um ganho político, apesar da diversidade de propostas. “O documento é fruto de um conjunto de disputas e, por isso mesmo, é um híbrido, com contradições que, para expressar a luta dos setores progressistas envolvidos, precisa ser compreendido nas disputas internas na sociedade, nos estados, nas escolas.” (RAMOS; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2005, p. 26-27).

O Decreto nº 5.154/2004 abre as portas para a integração entre Ensino Médio e Educação Profissional, culminando, mais tarde, na Lei nº 11.741/2008 que promove importantes alterações na atual LDB, especialmente em relação à Educação Profissional e Tecnológica, inserindo-a no marco regulatório da Educação Nacional.

As DCN da Educação Profissional Técnica de Nível Médio são atualizadas e instituídas a partir do Parecer CNE/CEB nº11/2012 e da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. A intenção do documento definidor das DCN para a Educação Profissional e Tecnológica era construir uma prática educativa que ofertasse uma EP mais ampla e politécnica, que levasse em consideração a ciência e a tecnologia como construções sociais, histórico-culturais e políticas. Tendo em vista o papel da EPT no desenvolvimento nacional, para bem além do campo estritamente educacional, o entendimento de EP enquanto modalidade educacional reflete a conjuntura em que se conforma

Sob essa lógica de pensamento, os estudos de Silva (2015) sinalizam um importante ganho na oferta subsequente para o aluno, pois, ao se matricular no



Curso Técnico, após concluir o Ensino Médio, adquire uma formação integral na perspectiva omnilateral, ou seja, “Essa formação deve promover aos sujeitos condições de exercerem de forma consciente e crítica sua cidadania, pois oportuniza a autonomia intelectual e a emancipação humana.” (SILVA, 2015, p. 35).

Para os autores acima mencionados, é preciso os estudantes não se apropriem unicamente do conhecimento acumulado pela ciência e oferecido pela Educação Formal, mas, sobretudo, que encontrem novos sentidos na relação entre esse conhecimento e os saberes que o mundo do trabalho possibilita construir. Acredita-se, assim, que essa relação é fundamental na interpretação da oferta dos Cursos Subsequentes, uma formação para além dos aspectos instrumentais.

Conforme o artigo de Ciavatta e Ramos (2012), intitulado *A era das diretrizes: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres*, entende-se que este período coincide com a era das incertezas. A Educação Brasileira vivencia a retração do papel do Estado e o enfraquecimento das políticas educacionais. Sendo assim, a EP se situa na confluência de dois direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e ao trabalho. Nesse cenário, verifica-se que a política e a gestão da educação dos trabalhadores são historicamente entregues aos homens de negócios, isto é, ao capital. Para encerrar o presente capítulo, aborda-se um outro movimento em direção à oferta dos Cursos Subsequentes.

## A LEI Nº 13.415/2017 - O AVANÇO DO RETROCESSO

O impeachment da presidente Dilma Rousseff (2016) constitui a mola propulsora do início do processo de afunilamento e precarização no campo da educação. O governo de Michel Temer (2016-2019), mesmo antes de assumir (ilegitimamente) a Presidência da República, capitaneava os movimentos de instabilidade que rondavam o segundo mandato da presidenta Dilma e que culminam com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95.

Com essa medida, os orçamentos das áreas da Educação e da Saúde são congelados por um período igual a vinte anos. Assim, o golpe, seguido da estagnação orçamentária e do fortalecimento das ideias neoliberais, dá início ao



desmonte da escola pública e ao abandono do pouco que se tinha avançado na formação integral dos estudantes. Esse contexto de desmonte da Educação Pública passa a ser fortalecido em 2017, com o surgimento de uma nova proposta (nem tão nova) de Ensino Médio, com a Lei nº 13.415/2017, que segue na contramão da proposta anterior, principalmente porque dá ênfase novamente ao ensino subsequente.

A intenção é a de mudar as diretrizes educacionais implementadas ao longo de décadas para impedir o avanço da “fábrica de militantes políticos”. Sob essa perspectiva, os Cursos Técnicos Subsequentes voltam a ser o centro das atenções, isto é, “a menina dos olhos do governo”, pois exige pouco investimento financeiro e garante a formação rápida “para o mercado”, sem o “viés ideológico”. Seguindo a lógica da focalização e da dualidade educacional que, historicamente marcou a Educação Brasileira, o Programa prevê também a inversão no investimento de recursos do Ensino Superior para a Educação Básica.

No que tange ao Ensino Médio, a este é proposta uma formação técnico-profissionalizante, para atendimento das necessidades do mercado e não do indivíduo. Evidencia-se, assim, a retomada da tese do governo FHC, largamente utilizada nos anos 90, para justificar cortes às universidades brasileiras, processo que tem levado as universidades brasileiras ao sucateamento.

Além disso, é preciso considerar que a qualificação dos trabalhadores que já trabalham na área e precisam da formação profissional para poderem se inserir, de forma menos precária, é um dos principais objetivos que conduz a um processo de reprodução, sem elevar, de fato, sua condição crítica.

## CONCLUSÃO

A historicidade dos Cursos Técnicos Subsequentes, política em análise neste estudo, aparece como resultado do processo histórico, social e educacional, mediada pela relação trabalho e educação, inserida na sociedade capitalista, num contexto de formação profissional voltada à formação para o mercado de trabalho, com seus respectivos perfis profissionais.



Infere-se, assim, que a identidade assumida pelos Cursos Técnicos Subsequentes é a de responder à lógica do mercado de trabalho, pois a presença de um currículo fragmentado em blocos, individualizado, não possibilita aos Trabalhadores-Estudantes a capturar a leitura de mundo. Além disso, é preciso considerar que a qualificação dos trabalhadores que já trabalham na área e precisam da formação profissional para poderem se inserir, de forma menos precária, é um dos principais objetivos que conduz a um processo de reprodução, sem elevar, de fato, sua condição crítica.

Os dados que advêm da pesquisa e se entrelaçam com a historicidade dos movimentos permitem compreender a oferta de Cursos Técnicos Subsequentes nos IFs a partir da década de 90, no Brasil, até o momento atual. Estes expressam diferentes movimentos, disputas e reconfigurações, produzindo, no cotidiano dos cursos, uma certa fragilidade e incompreensão quanto à finalidade dos mesmos, permanecendo numa espécie de “limbo”, em que não desaparecem e nem se afirmam como uma política mais ampla. Os Institutos Federais, apesar de serem considerados instituições novas no cenário educacional, são notadamente reconhecidos pela sociedade devido à qualidade de ensino, pesquisa e extensão, especialmente por se dedicarem à oferta de cursos gratuitos e possibilitarem a verticalização.

Desta forma, considerando que muitos questionamentos provocam reflexões sobre a perpetuação da dualidade presente no universo educacional, depreende-se que ainda há muitas questões que necessitam de respostas. Sendo que os avanços e retrocessos dos Cursos Técnicos Subsequentes compõe seu movimento de afirmação de política pública voltada a formação para o trabalho, marcando o tempo e a história da educação do seu povo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 abr. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.



\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 out. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7044.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm)>. Acesso em: 08 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm)>. Acesso em: 05 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm#art92](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm#art92)>. Acesso em: 05 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 05 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da república Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 fev. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm)>. Acesso em: 30 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 16/99**, de 05 de outubro de 1999. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 05 out. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos>

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº. 11/2012**, de 04 de setembro de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC) e Conselho Nacional de



Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). Brasília, DF, 04 set. 2012.

Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 08 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 06/2012**, de 06 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF, 06 set. 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 13 out. 2018.

CIAVATTA; RAMOS, M. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, Rio De Janeiro, v. 17, n. 49, p.11-36, jan./abr. 2012.

CUNHA, L. A. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 154, out./dez. 2014.

MANFREDI, S. M. Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. **Revista Educação e Sociedade**. Cedes, n. 64, 2002.

MOURA, D. H. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidade de integração. In: MOLL, J. e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

RAMOS. Possibilidades e desafios na organização do Currículo Integrado. In: RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_; FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.

SILVA, R. F. B. et al. Formação Profissional Técnica Subsequente X Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e o discurso das competências. **Revista Extensão & Cidadania**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 6 p. 31-46, jul./dez. 2015.

SILVA JÚNIOR, M. J. da. **Técnico subsequente**: uma análise sobre o papel atual e perspectivas futuras na região RIDE. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.



**CURSO TÉCNICO EM EVENTOS: FORMAÇÃO PROFISSIONAL  
OFERTADA NO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE (Ifsul)  
DE SAPUCAIA DO SUL/RS**  
**Ciência Humanas - Educação**

**Elizandra Sirlei Del Zotto Ritter<sup>1</sup>**  
**Patricia Thoma Eltz<sup>2</sup>**

**RESUMO**

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Profept), pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, câmpus Charqueadas/RS, está em processo a pesquisa: Movimentos juvenis: a revitalização de espaços de convivência como forma de resistência. Oriundos do Curso Técnico em Eventos do Instituto Federal Sul-rio-grandense, câmpus Sapucaia do Sul/RS, alunos participam da pesquisa de forma voluntária, na proposição da construção de um objeto educacional. No desenho apresentado pela pesquisa, entendemos a proposta de formação do Curso Técnico em Eventos do Ifsul Sapucaia do Sul como uma proposta de formação que desenvolve o sujeito complexo. Através dos documentos que regulamentam o curso e sua proposta curricular, percebemos esta formação integral subsidiada pela oferta de uma diversidade de áreas do conhecimento, potencializando uma inserção ao mundo do trabalho que não se restrinja a áreas técnicas.

**Palavras-chave:** Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Profept). Manifestações Juvenis. Curso Técnico em Eventos. Instituto Federal Sul-rio-grandense (Ifsul).

**INTRODUÇÃO**

O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Profept) é uma proposta desenvolvida em rede nacional através dos Institutos Federais do Brasil. Na premissa deste estudo, a pesquisa de mestrado intitulada “Movimentos Juvenis: a revitalização de espaços de convivência como forma de resistência”, é desenvolvida no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense,

<sup>1</sup> Licenciada em Ensino da Arte na Diversidade pela Universidade Feevale; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Sul-rio-grandense, Charqueadas/RS.

<sup>2</sup> Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale; Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Sul-rio-grandense, Charqueadas/RS.



câmpus Charqueadas, no Rio Grande do Sul. No entanto, devido a enlaces que se desenham ao longo da pesquisa, a constituição do produto educacional, enquanto requisito de um mestrado profissional, se dá no Instituto Federal Sul-rio-grandense, câmpus Sapucaia do Sul, no Rio Grande do Sul.

Nesta perspectiva, se faz vigente a análise do Plano Pedagógico Institucional (PPI) do próprio Instituto Federal Sul-rio-grandense, assim como do Plano Pedagógico (PPC) do Curso Técnico em Eventos do Ifsul Sapucaia do Sul, já que os alunos voluntários da pesquisa são oriundos deste curso. A análise documental descrita neste estudo traça o alinhamento da pesquisa sobre os movimentos juvenis na consideração de que o jovem formado em uma concepção humanizada tem na educação integral o viés que o comprehende enquanto sujeito complexo.

Os referenciais teóricos que subsidiam a discussão perpassam os estudos sobre juventude de Dayrell (2003), assim como as bases conceituais da educação profissional e tecnológica e de formação integral propostas por Saviani (2007), Frigotto (2001) na proporção do Ensino Médio Integrado. Além disso, O Plano Pedagógico Institucional do Ifsul traz elementos como filosofia da instituição, propostas e estratégias pedagógicas medidas na proporção dos objetivos formativos afirmados. Por fim, o Plano Pedagógico do Curso Técnico em Eventos do Ifsul Sapucaia do Sul complementa o debate ao passo em que é constituído mediante as necessidades da comunidade na qual o câmpus se insere e na oferta de mercado pertinente.

Desta forma, alinha-se a proposta formativa ofertada aos alunos participantes da pesquisa acadêmica, apresentando-se elementos que potencializam a formação integral do sujeito. Justifica-se a escolha do Curso Técnico em Eventos para a proposição e convite dos alunos para participarem da pesquisa em foco.

## **Alinhamento da pesquisa acadêmica e a proposição desta análise documental**

Como um mestrado profissional, o Profept (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica), ofertado pelos Institutos Federais do Brasil, tem como exigência a constituição de um produto educacional. Este produto é planejado pelo acadêmico de modo a elencar pressupostos da pesquisa que está

sendo desenvolvida, tendo relevância para os alunos do Ensino Médio Integrado, já que é reconhecida pela Capes na área do Ensino.

A Área de Ensino da Capes, na sua proposição interdisciplinar, promove a possibilidade para que o pesquisador expresse, através de sua investigação, anseios de sua própria trajetória pessoal. Logo, ao tratarmos de manifestações culturais e formação integral buscamos o entendimento sobre um sujeito complexo que se desenvolve ao passo em que interage em sociedade de modo a constituir sua historicidade coletiva. Os processos educativos perfazem o emaranhado longilíneo do ensino, dentro e fora da escola, na proposição da criação de produtos capazes de intervir em realidades e provocar transformações. (CAPES, 2018).

A pesquisa intitulada “Manifestações Juvenis: revitalização de espaços de convivência como forma de resistência” tem na aproximação da pesquisadora com a área da arte educação e dos estudos culturais o alinhamento necessário capaz de provocar os jovens a contribuírem com seu próprio ambiente educativo. Isto se torna efetivo ao passo em que, enquanto produto educacional, constitui-se um Grupo de Trabalho (atualmente intitulado “Manifestação Cultural”) com alunos do Curso Técnico em Eventos do Ifsul Sapucaia do Sul. O objetivo do grupo é o planejamento de um projeto de revitalização de espaço público na proposição de ações práticas capazes de qualificar os espaços ocupados pelo público do próprio instituto.

A sensibilização realizada pela pesquisadora junto a todos os alunos do Curso Técnico em Eventos foi realizada no segundo semestre do ano de 2019, logo após a formalização de aprovação da pesquisa junto ao comitê de ética responsável. Todos os alunos foram convidados a participarem da pesquisa de forma voluntária e sem custos. Assim que as inscrições se encerraram, o grupo se reuniu e começou as assertivas sobre o processo que se instaurava naquele momento e que, por ainda estar em andamento, continua sendo constituído ao longo de 2019.

Para que o trajeto realizado pela pesquisa acompanhasse os preceitos legais e precedentes institucionais e pedagógicos pretendidos pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, a análise documental, tanto do Plano Pedagógico Institucional (PPI) quanto o Plano Pedagógico de Curso (PPC) do Curso Técnico em Eventos se fizeram emergentes e necessárias.



Conforme Veiga (1998) um projeto político-pedagógico expressa o cunho organizacional de uma instituição educativa, assim como delinea sua própria identidade. Desta forma, quanto mais coletivo e mais característico de sua realidade social, mais ligações com os interesses dos sujeitos do meio poderá nortear. E é nesta proposição que seguem algumas discussões trazidas a partir dos documentos da instituição na qual a pesquisa de mestrado se perfaz.

## **Curso Técnico em Eventos Ifsul Sapucaia do Sul/RS: uma proposta formativa no Ensino Médio Integrado**

Através de uma pesquisa científica que envolve jovens que estão expostos a uma oferta formativa em educação profissional e tecnológica, movimenta-se a compreensão sobre os estudos atuais sobre juventude(s). Dayrell (2003) traz o jovem como um sujeito social reconhecido em sua trajetória histórico-social. E desta forma podem ser revelados elementos de seu viver e do seu pensar condizentes com sua forma de se expressar em grupo, sem que sejam desconsideradas quaisquer dimensões relativas a sua identidade.

Estes estudos que reconhecem o jovem como sujeito de seu tempo corrobora uma concepção de educação para a vida. Na educação profissional e tecnológica, a partir do final do ano de 2008, os Institutos Federais do Brasil puderam constituir com autonomia seus projetos pedagógicos condizentes com o plano nacional deste âmago. Assim, a concepção do Ensino Médio Integrado foi sendo pensada e organizada de acordo com as proposições regionais as quais eram pretendidas.

O Instituto Federal Sul-rio-grandense constituiu seu Plano Pedagógico Institucional (PPI) na proposição de que a instituição deve acompanhar o desenvolvimento social de sua realidade e construir uma proposta coletiva que atente aos interesses da comunidade escolar. A partir das discussões feitas, apontaram-se comprometimentos com:

- Formar um cidadão crítico, responsável, ciente de seus direitos e deveres e de seu papel histórico na sociedade;
- Colaborar na construção de uma sociedade justa e democrática, com uma distribuição equilibrada dos bens materiais e culturais;
- Compartilhar o conhecimento construído historicamente pelos homens, criando-os e recriando-os de modo a adequá-los as novas realidades sociais e;



- Utilizar o trabalho como princípio educativo, isto é, fazer com que as atividades que permitem ao ser humano manter-se e desenvolver-se como indivíduo e como membro de uma coletividade sejam as norteadoras de sua formação educacional. (PPI IFSUL, 2015, p. 11).

Esta percepção relacional do sujeito responsável com seu meio e sua realidade social vincula educação e trabalho na concepção da humanidade como transformadora da natureza em prol de sua existência. Saviani (2007), ao discorrer sobre o raciocínio que proporciona à humanidade fazer escolhas sobre seu ambiente, corrobora a ideia de que apenas o ser humano é capaz de educar e trabalhar. Frigotto (2001) também contribui nesta discussão, principalmente quando elevamos o debate à educação profissional e à alienação promovida pelo capital. Ele enfatiza que um projeto educacional que alinha humanidade e mundo pode ser capaz de criar possibilidades para que o sujeito faça escolhas sobre as formas através das quais se constitui enquanto sociedade.

O PPI do Ifsul banha-se nesta concepção de formação integral do sujeito que se relaciona político socialmente e traz em sua descrição de valores o desenvolvimento de noções sobre ética e democracia.

Na oferta de cursos técnicos, através do Ensino Médio Integrado, movimenta-se “o desafio de selecionar e organizar conhecimentos escolares que contemplam a formação geral e a formação profissional [...]. (PPI IFSUL, 2015, p. 17).

No Ifsul Sapucaia do Sul é oferecido o Curso Técnico em Eventos, de forma integrada ao Ensino Médio. O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é orientado pela visão educacional do Ifsul, propostas pelo alinhamento entre ciência, tecnologia, trabalho e cultura. Todos elementos inerentes à constituição de uma sociedade justa que colabora com a vigência atual das novas organizações e arranjos de mercado. De forma crítico-reflexiva, os alunos expostos à base formativa do curso envolvem-se na prospecção, no planejamento e na execução de diversos e diferentes eventos dentro do mundo do trabalho:

A proposta pedagógica do Curso estrutura-se para que o estudante venha a consolidar, ao longo de sua formação, as capacidades de: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; historicidade e cultura; línguas estrangeiras; ciência, tecnologia e inovação; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão



de qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional. (PPC Técnico Eventos, 2017, p. 7).

Todo este trajeto que discrimina as interfaces que o curso desenvolve através de sua base formativa respeita uma concepção progressista e transformadora de educação. Logo, o sujeito exposto a este processo tem consideradas suas diferentes dimensões ao longo de seu processo de aprimoramento. Também é provocado a compreender que sua realidade social existe como tal devido a diversos fatores e condicionantes. O pensamento crítico-reflexivo coloca a produção de conhecimento científico em prol da humanidade e não apenas das necessidades emergentes do mercado.

Neste movimento de análise dos documentos que regem a concepção de formação integral proposta pelos Institutos Federais do Brasil, no âmbito da educação profissional e tecnológica, a pesquisa acadêmica “Movimentos Juvenis: a revitalização de espaços de convivência como forma de resistência”, se identifica. Isto porque propõe aos jovens que estão cursando técnico integrado ao Ensino Médio a transposição de todas estas interfaces de seu curso específico em benefício de seu próprio câmpus. Câmpus este que é espaço de convivência e de produção de conhecimento significativo. Câmpus este que instiga protagonismos juvenis no cotidiano das intervenções pedagógicas. Câmpus este que pode significar uma etapa determinante em decisões na vida destes jovens. Afinal, seu processo formativo os prepara para o mercado de trabalho e para a vida.

## CONCLUSÃO

Inerente ao processo acadêmico de desenvolvimento de uma pesquisa científica, o reconhecimento sobre as bases legais e os documentos que regem as proposições e estratégias pedagógicas institucionais na qual o estudo se movimenta é necessário. Assim, a análise sobre o Plano Pedagógico Institucional do Instituto Federal Sul-rio-grandense subsidiou a compreensão de uma nova concepção de educação humanizada que entende o aluno da educação profissional e tecnológica como um sujeito a ser formado para a vida. Para além da perspectiva técnica que o mercado de trabalho exige, a formação integral ofertada rege a premissa de que



apenas um sujeito formado em todas as suas dimensões é capaz de desempenhar um papel crítico-reflexivo em sociedade.

Nesta mesma perspectiva, a análise sobre o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eventos do Ifsul Sapucaia do Sul potencializou o entendimento sobre a proposição do curso na realidade na qual o instituto existe. Além disso, manifestou as áreas do conhecimento que abrangem o emaranhado de uma formação integral, sem que haja discrepância entre ensino intelectual e ensino técnico. Esta análise também permitiu o entendimento sobre a escolha dos alunos deste curso em específico como possíveis participantes da pesquisa acadêmica que tramita, já que a base formativa do próprio curso inclui o planejamento, a prospecção e a realização de eventos correspondentes a sua realidade social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Diretoria de Avaliação. **Documento de Área**. Ensino 2017, 2018. Disponível em:  
[http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos\\_de\\_area\\_2017/DOCUMENTO\\_AREA\\_ENSINO\\_24\\_MAIO.pdf](http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/DOCUMENTO_AREA_ENSINO_24_MAIO.pdf). Acesso em: 22 Fev. 2019.

DAYRELL, Juarez. O sujeito como ser social. Revista Brasileira de Educação, n. 24, set./out./Nov./dez., 2003. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação profissional Emacipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 10 jan. 2019.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **Projeto Pedagógico Institucional do Instituto Federal Sul-rio-grandense**. Pelotas, 2015. Disponível em:  
<http://www.sapucaia.ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-institucional>. Acesso em: 15 maio 2019.

\_\_\_\_\_. **Cursos Técnicos. Eventos**. Campus Sapucaia do Sul, 2017. Disponível em: <http://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/curso/158>. Acesso em: 13 de maio de 2019.



SAVIANI, Dermerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.

**Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1998.

## DIVERSIDADE VS FASCISMO: A EXPLOSÃO DAS PORTAS DOS ARMÁRIOS PERANTE AS CORRENTES E TRANCAS DA POLÍTICA MACHISTA TOTALIZANTE

**Instituições, Gestão e Compromisso Social.**

**Pablo Henry Silveira Wouters<sup>1</sup>**  
**Fernanda Belle Barichello<sup>2</sup>**

### **RESUMO:**

O presente trabalho traz como tema de discussão as correntes e linhas aprisionadoras que são vistas a partir do discurso fascista/machista sobre os integrantes do movimento LGBT, a qual tem como objetivo realizar uma pequena reflexão histórica, política e social do que é vivido por estes sujeitos que são trancafiados dentro do “armário” por ideologias atravessadas pelo modelo do patriarcado, como um reforço ao machismo. Problematiza-se a partir do olhar de Foucault (2007) as questões vividas no cotidiano brasileiro pelos integrantes do movimento LGBT e qual a visão cultural acerca deste tema, uma vez que a mesma produz uma docilidade corporal que molda os modos de existência dos sujeitos no mundo. Com isso, anuncia-se a ideia de uma sociedade que está sempre vigilante ao que desvia de uma norma, sendo que implicações sociais produzidas para além de uma visão heteronormativa, são consideradas uma afronta ao conservadorismo social.

**Palavras-chave:** fascismo, diversidade, política e movimento LGBT

### **INTRODUÇÃO:**

Durante o decorrer dos séculos, a sexualidade humana sempre foi um tabu perante a sociedade cristã, a igreja como grande instituição de poder religioso e político ditou as regras de convivência moral na sociedade brasileira, a heteronormatividade sempre foi o considerada normal dentro da cultura religiosa e social. (TREVISAN, 2019).

<sup>1</sup>Acadêmico do VI Semestre do Curso de Psicologia, Departamento de Ciências Humanas, URI – CAMPUS SANTIAGO RS.

Email: [pablowouters99@gmail.com](mailto:pablowouters99@gmail.com)

<sup>2</sup>Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e Docente do Curso de Psicologia, Departamento de Ciências Humanas, URI – Campus Santiago/RS.

Email: [nandabarichello@gmail.com](mailto:nandabarichello@gmail.com)



Partindo deste ponto histórico e cultural, há o surgimento de movimentos de resistência perante o preconceito e a onda de segregação que vem para cima destes corpos, que sempre foram considerados desviantes de uma norma baseada no pensamento patriarcal e machista, fortalecida pelos pensamentos e ideias do clero.

A visão estereotipada do que é ser homem ou mulher dentro do convívio comunitário na sociedade, desde a época do Brasil Império, respinga na sociedade brasileira atual, nota-se isso por alguns discursos políticos e notícias envolvendo mortes de sujeitos que compunham o movimento LGBTQIA+, já que são considerados desviantes do padrão heterossexual de expressão da sua sexualidade e amor.

Esta escrita surgiu em uma aula da disciplina de Psicologia e Políticas Públicas no sexto semestre do curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI Campus Santiago/RS), na qual houve uma discussão sobre o movimento LGBTQIA+ e seu lugar dentro dos espaços políticos, fundamentando-se no filme MILK - A voz da igualdade, dirigido por Gus Van Sant, em 2009, que conta a história do político ativista Harvey Milk que enfrentou vários obstáculos, em especial a homofobia, quando subiu ao cargo de representante político na cidade San Francisco, nos EUA, em 1977.

Embasando-se no olhar da filosofia, faz-se aqui uma análise crítica dos discursos e movimentos que vem contra a liberdade a expressão singular dos sujeitos que saem do padrão cisgênero heterossexual, e adentra a diversidade de amar e sentir enquanto relações humanas amorosas. Para tanto, se pensa criticamente o viés de Michel Foucault, acerca do poder que molda corpos impossibilitando a expressão simbólica e real do eu, o que causando sofrimento. Fazendo uma vinculação com as escritas de Márcia Tiburi, que critica o autoritarismo e os fascismos que atravessam o cotidiano brasileiro e acorrentam estas singularidades novamente dentro dos armários, repletos da poeira da angústia e infelicidade. Por fim, mas não menos importantes, as ideias de Deleuze e Guattari são resgatadas como forma de construção de um novo espaço, que dê lugar as diferenças e possa construir grandes agenciamentos possibilitando a liberdade.



## DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS E DISCUSSÃO):

No Brasil do século XVI, as práticas sexuais que saiam da norma moral e religiosa da igreja, ou seja, práticas em que o sêmen masculino não entrasse em contato com o ventre feminino, eram consideradas práticas de sodomia, pois o poder eclesiástico pregava a prática sexual somente de cunho reprodutivo e da ordem do matrimônio heterossexual, estipulado pela contrarreforma católica, aonde a luxúria era a grande inimiga da instituição religiosa casamento. A colônia foi vista pelos ricos e poderosos principalmente pela coroa de D. João III, como um lugar de degredo para os que praticavam vários delitos na sociedade Portuguesa da época entre eles a feitiçaria, homicídio, estupro e sodomia, logo o Brasil virou um local sendo olhado pela ótica da libertinagem, chamando a atenção de aventureiros que vinham em busca das índias nuas e dos prazeres que existiam aqui. (TREVISAN, 2019).

Esta questão foi o que impulsionou Duarte Coelho, governador de Pernambuco, remeter uma carta ao Rei, pedindo que barrasse a vinda destas pessoas para o Brasil. Houve também opiniões como a do bispo do Pará que comparou a terra brasileira da época com as cidades bíblicas de Sodoma e Gomorra. (TREVISAN, 2019).

O estado higienista surge a partir dos ideais do pragmatismo, positivismo e da medicina, as figuras dos médicos legistas e do psiquiatra começaram a imergir dentro da sociedade brasileira em meados da terceira década do século XIX. Com o pensamento biologicista pregados por uma sociedade liberal e burguesa, que tinha sofrido grandes influências da Revolução Francesa e Americana e do outro lado da Revolução Industrial, a família patriarcal começa a sofrer modificações já que notou-se que dentro deste espaço havia grande índice de mortalidade infantil. É com base nisso que a ideias científicas e morais vem adentrar a esse lar para “criar-se filhos fortes e saudáveis para a nação”. (TREVISAN, 2019).

O médico higienista adentra o espaço familiar antes nunca aberto para a ciência, a ideia do estado higiênico e a melhoria da raça para pátria, acabou



respingando diretamente no controle do corpo e das emoções/sentimentos, assim como na sexualidade dos cidadãos. O sexo conjugal envolvendo a questão de prazer acaba virando algo necessário, já que se combatia fervorosamente os casos de adultério e as doenças venéreas dentro da comunidade brasileira. Acreditava-se que a “libertinagem” era um enfraquecedor dos laços da nação. Com isso os papéis do masculino e feminino acabaram sendo delimitados e fechados, aonde acabaram ficando restritos e colados no imaginário social da figura materna e paterna, ou seja, tudo que desviasse deste padrão era considerado anormal, os sujeitos libertinos, celibatários (solteirões) e homossexuais começaram a ser condenados e considerados uma afronta ao bem estar biológico e social. (TREVISAN, 2019).

Acreditava-se que a paternidade mal exercida na sociedade burguesa, que estava ligada a figura do libertino e ao celibatário, davam brechas às práticas como a pederastia. Surge então o termo Uranismo, a partir da obra *O banquete*, de Platão, onde o filósofo citava o mito em que os afetos da deusa Afrodite Urania, a Celestial, eram voltados apenas ao macho, sem a participação da fêmea. Neste sentido, o amor se dirigia ao que era considerado másculo e este fenômeno, dentro da sociedade brasileira, ficou conhecido como um vício: a pederastia. (TREVISAN, 2019). Sendo assim, a prática da terapia uranista vinha com o propósito de um tratamento moral, mas ocorrendo na privacidade da vida, já que o assunto não deveria ser exposto ou trabalhado abertamente por se tratar de uma imoralidade. A terapêutica/solução para este fenômeno era direcionada à infância, onde os meninos deveriam focar desde a tenra idade em exercícios físicos e amar o trabalho, afim de evitar a efeminação. No que tange a terapêutica uranista na fase adulta, havia uma ideologia social de que o homem pederasta desvirilizava-se, ou seja, cedia ao vício degenerado da efeminação, e para isso não ocorrer deveria seguir tal e qual os preceitos higienistas e o código moral patriótico. (TREVISAN, 2019).

A sociedade higienista não se diferenciou das práticas religiosas do tribunal do Santo Ofício da Igreja na época medieval, na qual o controle dos corpos seguiu impedindo a liberdade de ser e estar no mundo. Porém, ao invés de dogmas religiosos, a ciência e o sentimento de patriotismo adentram as subjetividades dos sujeitos e cria um cidadão comportado, preso em correntes pregadas pela moral, com um sentimento de auto-recriminação e intolerante às diferenças. Contudo, uma



nova norma social instaurou-se que utilizava a ciência como padrão terapêutico de tratamento para os transviados.

O marco histórico como um passo para a liberdade de ser diferente, no interior do movimento LGBTQIA+, foi a revolta ocorrida em Nova York, em 1969, no bar de Stonewall. Este espaço, aberto ao público que tinha uma orientação sexual diferente da heterossexualidade e estavam sendo cassados por uma espécie de polícia moral da época, gerou um novo olhar para a comunidade LGBT, tendo reflexos em vários países que conseguiram o direito de políticas públicas para essa população, que por longas décadas foi deixada a margem da sociedade.

O fascismo, como um dispositivo de pensamento ideológico e político, vem imperando desde aquela época onde a livre expressão do ser era censurada com o ódio das diferenças. Entende-se por fascismo uma ideologia totalmente anti-socialista e anti-democrática, tendo uma aversão às liberdades singulares, com um forte senso de nacionalismo e defesa da pátria embasando-se em conceitos religiosos e militares como forma de manipulação e controle da população, perseguindo muitas vezes os opositores ao regime. O autoritarismo está diretamente ligado ao pensamento fascista e quando o mesmo toma grandes proporções, a dialética do diálogo é impossível de ocorrer, não havendo assim uma liberdade das diferenças e nem do aprendizado humano e convivência. (TIBURI, 2018).

O ódio é a máquina de destruição do diálogo e sem este, não há aprendizado e política. O autoritarismo anula a diversidade e cria uma padronização ou um engessamento paradigmático de pensamentos. Se há o afeto ódio, não há como ter relações que conversem entre si buscando uma política que abrange todas as populações e singularidades. O ódio destrói o outro e se o outro é destruído não há política, o que pode gerar um ciclo: destruir a política e acabar com a ideia de sujeitos de direitos e críticos, com pensamentos que voam alto e analisam a atualidade. (TIBURI, 2018).

A manipulação do ódio se dá pelo medo, pela inveja, medo de um inimigo criado e fantasiado por ser diferente. A manipulação através do ódio se inicia com um processo de discursos (intrigas/fofocas) que visam deixar a marca da insuportabilidade das diversidades, tomando-a como o grande inimigo. Este ódio não



está mais nas frases subentendidas, ele está no discurso manifesto, circulando entre os sujeitos que compunham o social, agindo sem vergonha. (TIBURI, 2018).

O machismo de uma política totalizante, pautado na afirmação de que os homens e mulheres devem se comportar e ser de uma única forma, é a prova real de um autoritarismo construído histórica e culturalmente, produto de vários atravessamentos, como por exemplo, na história das mulheres e dos homossexuais, que com a norma higienizadora da igreja pautava-se em uma forma de ser totalmente ligada ao patriarcado, ou seja, com referência em preceitos religiosos e com características biológicas de existência humana.

Nesta perspectiva, percebe-se que existe um poder disciplinar na sociedade, um poder tão normatizador que hoje está em todos os espaços e discursos sociais. O corpo é a ferramenta de padronização de uma singularidade que pode ser moldado e treinado para determinada forma de se posicionar perante o mundo. Estes corpos dóceis, referência trazida por Foucault e que ainda se faz presente na atualidade, reforça uma política fascista que, por sua vez, impede a criatividade das emoções e da singularidade dos corpos. Esta perspectiva impossibilita novas formas de subjetividades, disciplina a existência a partir de ideologias morais e tenta castrar e limitar a grande diversidade que o amor e os afetos podem expressar. (FOUCAULT, 1999).

Esse poder disciplinar autoritário e fascista que aprisiona, acorrenta, molda, encarcera e priva a liberdade do sentir, atravessa os corpos que habitam o espaço social, principalmente aqueles que estão fora da norma estabelecida, causando sofrimento a estes que tentam se enquadrar ou são excluídos. Há a ocorrência de uma vigilância, tanto singular quanto coletiva, que Jeremy Bentham, em 1785, postula sob o conceito de panóptico: a matriz arquitetônica das prisões européias.

Contudo, Foucault reformula o conceito trazendo para o contexto social, em que os sujeitos de determinada sociedade/instituição estão sendo vigiados e observados por um estado ou poder. Ao refletir sobre os ambientes que os corpos da comunidade LGBT ocupam e habitam, percebe-se uma vigilância pautada na ideia de moralidade e política totalizante, que não abre espaço para um viés sistêmico e integrador, mas sim segregador e de antipatia pelas diferenças. A sociedade higienista, a polícia moral e a inquisição foram formas de panópticos



utilizadas para um alta vigilância e controle social. Atualmente vemos a política fascista/autoritária do ódio como um poder disciplinar, docilizador de corpos, baseados na vigilância moral machista e patriarcal. (FOUCAULT, 1999).

A partir da Filosofia da Diferença de Deleuze e Guattari, o conceito de devir é um aliado para se pensar em novas formas de criar e potencializar vidas e singularidades. O corpo humano é uma construção constante, ele molda-se, modifica-se e transforma-se, ou melhor, não há padrões nem normas, o devir corporal é liberdade de transitar nos mais diversos espaços e formas de ser enquanto humano, que possibilita a construção de agenciamentos constantes. O devir é a (des)territorialização, a construção do seu próprio eu, a quebra de pensamentos engessados, que leva ao que se denomina rizoma – aquilo que não tem uma forma, começo ou fim. São as constantes conexões e possibilidades de habitar a si mesmo. O devir não é um fantasma ou uma identificação, ele é real, pois se apresenta como uma maneira de estar e se apresentar ao outro e ao mundo. (DELEUZE E GUATTARI,1997).

Contudo, o combate ao ódio é uma construção simbólica e coletiva, é a construção de um corpo sem órgãos, é uma dialética de embate de ideias que emergirá novos espaços e pensamentos para poderem ser questionados. Como construir para si um CsO? É (re)inventar-se, permitir-se, sentir a potência de espaços e lugares de fala, construir um pertencimento de si, uma reformulação do eu, libertando-se das linhas aprisionadoras de sofrimento. É algo esquizo, ou melhor, que quebra, derruba e reconstrói com um novo significado; é o olhar mais sensível e livre de pré conceitos. Cada um tem a sua forma de construir para si um CsO, de habitar um lugar de transição que não é fixo, mas sim um devir constante. É isso que se pretende enquanto combate à política do autoritarismo e do fascismo: a construção de novas linhas de pensamentos e agenciamentos humanos e sociais. (DELEUZE E GUATTARI, 1996).



## CONCLUSÃO

Após o término desta escrita, constatou-se que mesmo havendo muitos avanços dentro do pensamento da sociedade brasileira perante o público da comunidade LGBTQIA+, há ainda resquícios históricos e sociais do preconceito deixados pelos séculos passados, em especial no que se refere ao pensamento machista, patriarcal e que encontra grande força a partir da política fascista e autoritária do ódio ao que é diferente.

Mesmo com políticas públicas voltadas para esta população fundamentadas legalmente pela Constituição, o preconceito velado, mas também exposto no discurso de alguns sujeitos, é uma violência enorme contra a potência de vida e aos direitos humanos. O autoritarismo e o fascismo cega o ser humano para a liberdade e a potência de viver, impossibilitando novos processos de criação de singularidades e de se habitar o mundo, causando sofrimento e angústia, deixando raízes fortes na cultura, constituindo sujeitos de forma dolorosa, onde há um silenciamento e anulação de subjetividades.

A sociedade higienista e inquisitorial não está extinta, mas sim presente de forma sutil nos discursos de aprisionamento e manipulação pelo ódio ou pelo moralismo, nas quais os corpos do movimento LGBT encontram-se aprisionados pela vigilância e tentativas de docilização.

Atualmente, mais do que nunca, precisa-se de um espaço para que se discuta filosoficamente, politicamente e historicamente as questões que envolveram e envolvem as minorias brasileiras, dentre elas a população do movimento LGBT, com o objetivo de combater as raízes do pensamento machista, patriarcal totalizante, na produção de novas formas de vida, através do seu próprio devir e da perspectiva do CsO.



## REFERÊNCIAS

- TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso, a homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade.** Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A. 2019.
- TIBURI, Marcia. **Como conversar com um Fascista, reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Record 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs vol.3, Capitalismo e Esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs vol.4, Capitalismo e Esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.



## **LEVANTAMENTO DOS FATORES SOCIAIS QUE OCASIONAM A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

### **Instituições, Gestão e Compromisso Social**

**Raquel Boff Menegazzi<sup>1</sup>**  
**Simone Gripa Minuzzi<sup>2</sup>**  
**Raissa Schawlibert<sup>3</sup>**  
**Lincon Stefanello<sup>4</sup>**  
**Aruna Noal Correa<sup>5</sup>**

#### **RESUMO**

A evasão escolar aporta-se como um dos gargalos para a efetiva escolarização e qualificação da educação profissional e tecnológica no País. Por apresentar consequências para os alunos evadidos e para a sociedade como um todo, este estudo realizou um levantamento dos fatores sociais que ocasionam a evasão escolar na EPT e mapeou as sugestões de melhorias apontadas pelos autores para as instituições de ensino. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, de cunho exploratório e de natureza aplicada, que considerou periódicos nacionais, nos últimos dez anos, selecionados a partir da busca por palavras-chaves predefinidas. Sete artigos contemplaram os critérios definidos e, em praticamente todos, percebeu-se a não identificação do aluno com o contexto da escola técnica, expressa principalmente pelo fator social, que representa 50% das causas em um estudo realizado por Fredenhagem et al. (2012). Atrelado a ele, encontram-se dificuldades financeiras e familiares; problemas de saúde (pessoal ou familiar); gravidez; uso de drogas; ingresso no mercado de trabalho; incompatibilidade do horário de trabalho e estudo (DORE, 2016). Percebe-se que a evasão escolar pode ser minimizada através de ações conjuntas do setor pedagógico com os alunos, atrelado com as políticas públicas de ensino, possibilitando a conclusão do curso escolhido pelo aluno e, para a escola, a entrega de mais um profissional qualificado para o mundo do trabalho.

**Palavras-chave:** Evasão Escolar; Educação Profissional e Tecnológica; Fatores Sociais.

#### **INTRODUÇÃO**

A partir de 2003, a educação profissional no Brasil sofreu uma forte expansão, oferecendo acesso para milhões de jovens adultos. O Plano Nacional da Educação (2014-2024), que tem como uma das diretrizes a Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a

<sup>1</sup> Licenciatura em Educação Profissional, UFSM, menegazzi.rb@gmail.com.

<sup>2</sup> Licenciatura em Educação Profissional, UFSM, minuzzi.sg@gmail.com.

<sup>3</sup> Licenciatura em Educação Profissional, UFSM, raissaschawlibert@gmail.com.

<sup>4</sup> Licenciatura em Educação Profissional, UFSM, linconstefanello@gmail.com.

<sup>5</sup> Doutora em Educação, UFSM, arunanoal@hotmail.com.

sociedade, tem como metas oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (Meta 10), e triplicar as matrículas da educação profissional técnica (EPT) de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público (Meta 11).

Esta ampliação do acesso, relacionada com a permanência do estudante na escola, aponta a necessidade de novas reflexões sobre o sistema de ensino, práticas pedagógicas, perfil do egresso e, principalmente, sobre a eficácia do sistema. Não por tanto que a evasão escolar aporta-se como um dos gargalos para a efetiva escolarização e qualificação desse nicho da população (FREDENHAGEM et al., 2012).

A evasão escolar se refere ao abandono da escola por parte do aluno e apresenta consequências não apenas para os alunos evadidos, mas para a sociedade como um todo. Conforme Silva, Pimentel e Finardi (2014) trata-se de um fenômeno que traz consequências sociais e individuais, sendo alguns exemplos o baixo nível de habilidades acadêmicas, o aumento do desemprego e de problemas que são acarretados por ele, como a criminalidade e o aumento da demanda por serviços sociais.

Tudo isso vai de encontro com o intuito principal da educação profissional técnica e tecnológica, que visa o preparo do aluno para enfrentamento do mercado de trabalho, dando maiores chances de sucesso na vida profissional desses indivíduos através da ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, conforme Lei 12.513/2011 (BRASIL, 2011).

Dore, Castro e Sales (2013) afirmam que a evasão trata-se de um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, relacionado a fatores pessoais, sociais e institucionais. Por este motivo, deve ser interesse coletivo combatê-la, o que só pode ser feito, primeiramente, por intermédio do esforço de compreensão de suas causas (FIGUEIREDO e SALLES, 2017).

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo realizar um levantamento dos fatores sociais que ocasionam a evasão escolar na educação profissional e tecnológica. Por conseguinte, apontar melhorias para as instituições de EPT com base nos artigos científicos pesquisados.



Como forma de atingir o objetivo geral, foram definidos como objetivos específicos: realizar uma revisão de literatura acerca da temática da evasão escolar com foco em fatores sociais; avaliar quais fatores sociais mais interferem na evasão escolar, e quais ações foram sugeridas pelos autores; analisar de forma qualitativa as ações propostas pelos autores e por meio delas sugerir as medidas a serem implantadas pelas instituições de EPT.

O estudo do tema vem ao encontro de uma das estratégias previstas no PNE (2014), que visa elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos (as) por professor para 20 (vinte).

A escassez de informações sobre a evasão escolar no ensino técnico no Brasil (DORE e LÜSCHER, 2011) justifica o foco do estudo. Com relação ao fator social, o mesmo constitui aproximadamente 50% das causas de evasão escolar segundo estudo realizado por Fredenhagem et al. (2012).

Segundo a Lei de Diretrizes e bases da Educação (Lei 9.394/96), a educação é dever do Estado e da família, e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No capítulo 3, que disserta sobre a EPT, abrange os seguintes cursos: de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Conforme o Art. 40 (Lei 9.394/96) a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

A EPT visa formar cidadãos integrais e completos, bem como atender aos objetivos estratégicos de igualdade política, econômica e social. Para isso, é necessário preocupar-se com os fatores que levam à retenção escolar, ao abandono dos cursos e aos impedimentos de continuidade no itinerário formativo. A evasão, portanto, abrange uma gama de causas que requerem entendimento para a melhoria tanto da eficiência quanto da eficácia do sistema (FREDENHAGEM et al., 2012).

A evasão escolar, segundo Dore e Lüscher (2011, p.775) tem sido associada a situações como:

a retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno. Refere-se ainda àqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória, e ao estudante que concluiu um determinado nível de ensino, mas se comporta como um dropout.

Dore e Lüscher (2011) também destacam que nível escolar em que ocorre a evasão deve ser considerado, pois o abandono da escola fundamental ou de nível médio é totalmente diferente daquele que ocorre na educação de adultos ou na educação superior. Destaca-se que sua ocorrência na educação técnica é uma das razões mais significativas para a baixa qualificação e habilitação profissionais apresentadas pelos jovens em suas tentativas de ingresso no mercado de trabalho.

No Brasil, na evasão no ensino técnico acrescenta-se a dificuldade de acesso dos jovens a essa modalidade de ensino, impactado principalmente pelos altos índices de evasão e de outros indicadores de fracasso escolar na educação básica (DORE e LÜSCHER, 2011).

Figueiredo (2014) reitera que por mais que a literatura sobre a evasão escolar especificamente na Educação Profissional ainda seja reduzida, verifica-se um esforço por parte de alguns autores em fazer emergir pesquisa no meio acadêmico pesquisas, estimuladas, em parte, pela expansão desse tipo de formação no país.

Além do nível escolar, outras duas dimensões conceituais têm sido consideradas importantes nos estudos sobre evasão: tipos de evasão e razões que motivam a evasão (DORE e LÜSCHER, 2011).

Para Rumberger (2004, apud Dore e Lüscher, 2011), um dos mais importantes pesquisadores dessa questão nos Estados Unidos, entender as causas da evasão é a chave para encontrar soluções para o problema. São diversas situações que podem acarretar a evasão, o que torna o exame do problema bastante desafiador. Ao estudar as causas desta evasão, o tema torna-se ainda mais complexo.

Partindo da revisão de literatura apresentada percebe-se a relevância em compreender as causas da evasão no ensino técnico, a partir de dados empíricos e discussões conceituais, que representem a diversidade de fatores que influenciam a

trajetória educacional dos alunos. Mais do que isso, Dore, Castro e Sales (2016) ressaltam a importância de buscar medidas de prevenção do problema, como o acompanhamento de cada indivíduo que está em risco de abandonar seus estudos.

No intuito de atender aos objetivos delineados neste estudo, optou-se por uma pesquisa de caráter qualitativo que, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009), preocupa-se com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, sendo que os pesquisadores não podem fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Quanto a natureza, caracteriza-se como aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos (GERHARDT e SILVEIRA, 2009), sendo exploratória para proporcionar maior familiaridade com o problema (GIL, 2007). Sobre os procedimentos, adotou-se uma pesquisa bibliográfica, permitindo conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002) e analisar as diversas posições acerca de um problema (GIL, 2007).

A evasão escolar foi analisada no nível técnico, do tipo abandono e ocasionada por fatores sociais, conforme as dimensões evidenciadas por Dore e Lüscher (2011). A revisão de literatura foi realizada com base em periódicos nacionais, selecionados nos repositórios Scielo e Periódicos Capes, considerando artigos científicos dos últimos dez anos, a partir da busca por palavras-chaves definidas a partir do tema: “evasão escolar”, “educação profissional e tecnológica” e “fatores sociais”.

Os arquivos pesquisados foram selecionados. Na plataforma Scielo, ao utilizar a palavra-chave “evasão escolar”, filtrando para produções brasileiras, 82 publicações foram encontradas. Destes, apenas cinco contemplavam a evasão escolar por alunos da “educação profissional e tecnológica” e quatro, mais especificamente, abordavam os “fatores sociais”.

Na plataforma Periódicos Capes, ao pesquisar por “evasão escolar”, dentro dos demais filtros já preestabelecidos, 348 artigos foram encontrados. Após selecionar aqueles que contemplavam a “educação profissional e tecnológica”, restaram 46, sendo que destes apenas três abordavam fatores sociais.



## DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS E DISCUSSÃO)

No âmbito da Educação Profissional, foram identificados por Figueiredo e Salles (2017) estudos que tiveram por objetivo analisar causas de evasão. O Quadro 1 compila alguns dados importantes apresentados pelos autores.

Quadro 1 - Motivações para abandono escolar na Educação Profissional.

Autor(a)	Proposta	Fatores de Abandono
Araújo (2012)	Investigar as causas de evasão, durante o período de 2007 a 2010, no curso técnico integrado de Química de Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (campus Monte Castelo/ São Luís), ofertado pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).	Coincidência com horário de trabalho, ausência de relação entre o currículo e as expectativas do discente, falta de afinidade, falta de conhecimento base, falta de professor, custo de transporte e o fato de alguns alunos já possuírem o Ensino Médio.
Azevedo e Lima (2011)	Abordar a evasão escolar no âmbito do Proeja, implantado no Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (Cefet-MT) em outubro de 2007.	Trabalho (incluindo o doméstico), família e deficit de cultura escolar.
Cravo (2012)	Investigar as causas de evasão no curso técnico de	Não identificação com o curso, horário incompatível, dificuldades



	Informática de uma faculdade de tecnologia de Florianópolis.	de aprendizagem, mudança de curso, mudança de cidade, doença e outros.
Machado (2009)	Analizar os fatores motivadores de evasão nos cursos de Agropecuária e Informática da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes – Minas Gerais, abrangendo o período de 2002 a 2006.	Afastamento da família, não identificação com o curso escolhido, drogas, excesso de atividades propostas pela escola, dificuldades relativas ao processo ensino-aprendizagem, desmotivação, deficiência na formação escolar, distanciamento cultural entre escola e aluno, práticas pedagógicas e aspectos institucionais.
Marconatto (2009)	Pesquisar aspectos da evasão escolar no Curso Técnico Agrícola (modalidade EJA) da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul – Santa Catarina.	Dificuldade em conciliar horário de estudo com o trabalho, desejo ou necessidade de trabalhar e dificuldade de adaptação à escola.
Moreira (2012)	Identificar fatores que influenciam a evasão escolar nos cursos técnicos do Proeja na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais.	Dificuldade de conciliar o horário de estudo e trabalho, necessidade de trabalhar, o fato de a escola ser distante de casa e/ou do trabalho, dificuldades financeiras, falta de motivação para continuar os estudos, falta de flexibilidade nos horários para cursar as matérias, excesso de matérias no curso e professores muito exigentes.
Silva,	Discutir as razões de	Preferência pelo ensino médio



Pelissari e Steimbach (2013)	permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio.	regular, falta de gosto pelo curso e dificuldade nas disciplinas.
------------------------------	---	---

Fonte: Figueiredo e Salles (2017, p.370).

Observando o Quadro 1, percebe-se que o fator social está presente na grande maioria dos estudos levantados.

A pesquisa realizada por Fredenhagem et al. (2012) visou a identificação dos motivos da evasão nos cursos ofertados pelo Instituto Federal de Brasília (IFB), durante o ano de 2010, de forma a minimizar a vulnerabilidade que vitima parcela da sociedade e consolidar a inclusão, garantindo a formação profissional cidadã com êxito. A evasão nos cursos do IFB em 2010 foi em média 37,9%, sendo o principal motivo alegado pelos consultados a “incompatibilidade de horário do curso com as atividades diárias, como trabalho e outros”, representando 45% (FREDENHAGEM et al., 2012). A condição social, nesse caso, é preponderante, pois a vulnerabilidade social leva à necessidade de solução imediata da situação financeira. Isso nos remete à necessidade de adequação da escola ao cidadão, e não ao inverso.

Na pesquisa empírica realizada pelos autores na Unidade de Ensino Descentralizada de Petrópolis (UnED Petrópolis), integrante do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), revelou-se que, no conjunto dos três anos englobados pela pesquisa (2010, 2011, 2012), 89 alunos evadiram das turmas de primeiro período (38,36% do total) (FIGUEIREDO e SALLES, 2017). Dentro os principais motivos destacados, no que tange ao fatores sociais, foram elencados: dificuldades pessoais (falta de conhecimento ou habilidade base), oportunidades (oferta de trabalho e/ou outros estudos), desinteresse institucional e/ou governamental (ausência de ações e/ou políticas de apoio à permanência) e influência de amigos (antecipação de experiências negativas).

Corroborando, Dore, Castro e Sales (2016) destacam que em praticamente todos os estudos referidos sobre as causas da evasão escolar, nota-se a não identificação do aluno com o contexto da escola técnica, expressa por diferentes fatores:



Quadro 2 – Fatores da não identificação do aluno com o contexto da escola técnica

Fator	Causas
<b>Escolar</b>	Preferência pelo ensino médio regular; falta de vocação ou gosto pela área; falta de motivação, interesse ou compromisso com o curso; dificuldade nas disciplinas; reprovação; a baixa qualidade do ensino fundamental; distanciamento cultural entre escola e vida; inadequação dos programas de estágio.
<b>Socioeconômico</b>	Dificuldades financeiras e familiares; afastamento da família; problemas de saúde (pessoal ou familiar); gravidez; uso de drogas; ingresso no mercado de trabalho; incompatibilidade do horário de trabalho e estudo.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Dore, Castro e Sales, (2016).

Associado aos fatores sociais que causam a evasão escolar, são apontadas soluções para as instituições de ensino. Os resultados das pesquisas a respeito da temática, conforme destacam Figueiredo e Salles (2017) têm revelado a insuficiência de esforços no sentido de pensar projetos e desenvolver ações que favoreçam a permanência dos estudantes nos cursos.

Partindo de uma concepção de educação individualizada, é possível realizar um trabalho preventivo e também de resgate, estando, em primeiro lugar, atentos à trajetória dos estudantes que ingressam na Instituição, o que implica um olhar cuidadoso sobre os alunos em risco iminente de evasão. Entende-se que a responsabilidade é institucional, ou seja, de todos os envolvidos na execução do projeto-político-pedagógico. No entanto, Figueiredo e Salles (2017, p. 30) destacam que “o papel do professor ganha relevância, considerando que é no cotidiano da sala de aula que as relações são construídas, que os aprendizados mais importantes, sejam eles de natureza cognitiva, social ou moral, acontecem”.

Dore e Lüscher (2011) refletem que as causas da evasão devem ser consideradas também sob a perspectiva da atual política educacional para o ensino técnico, que ao desenvolver suas estratégias de expansão, não consideram os



aspectos que podem causar a evasão, de forma a evitar o risco de decisões equivocadas e onerosas. A definição de áreas ou de eixos tecnológicos para a oferta de cursos técnicos é, sem dúvida, decisiva para permanência ou não de estudantes nas escolas técnicas. Essa é uma questão que demanda um trabalho específico de investigação.

Através dos resultados de Fredenhagem et al. (2012), é destacada a necessidade de instituir-se um conjunto de procedimentos rotineiros que levem em conta e observem três momentos distintos:

- Fase anterior à entrada do aluno: fomento de ações de divulgação dos cursos em escolas visando informar o ingressante sobre todas as características do curso, orientá-lo sobre os itinerários possíveis, mercado de trabalho e pré-requisitos, ocorrendo através de palestras, folders, etc.;
- A fase durante sua permanência: controle dos registros escolares – infrequência e faltas justificadas; viabilização de parcerias para realização de aulas de reforço escolar; palestras sobre o mundo do trabalho, incentivando o aluno a continuar estudando; ações orientadoras e de divulgação da instituição aos pais;
- Fase posterior, na condição de egresso: condução de entrevistas para estabelecer parceria, de forma a cooperarem com informações pertinentes à instituição e alunos, podendo estender a possibilidade de atuarem como convidados palestrantes ou na condição de voluntários.

Os autores destacam que o esforço maior deve incidir no aluno que ainda está na escola, ou seja, o investimento será de maior eficácia se as ações estiverem voltadas ao aluno que esteja frequentando o curso.

## CONCLUSÃO

Através deste estudo, que buscou realizar um levantamento dos fatores sociais que ocasionam a evasão escolar na educação profissional e tecnológica, percebeu-se que este ainda é um tema pouco abordado no referido nível de ensino. Por outro lado, evidenciou-se a relevância de alguns autores considerados como

referência no tema no Brasil, a saber: Dore e Lüscher (2011), Dore, Castro e Sales (2016), Figueiredo e Salles (2017) e Fredenhagem et al. (2012).

Dessa forma, destaca-se que a evasão escolar pode ser minimizada através de ações conjuntas do setor pedagógico com os alunos, atrelado com as políticas públicas de ensino, oferecendo a cada aluno o apoio necessário para enfrentar os problemas sociais que possam ocorrer durante a sua formação, possibilitando assim para o aluno a conclusão do curso escolhido e para a escola a entrega de mais um profissional qualificado para o mundo do trabalho.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 12.513, **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego** (PRONATEC), de 26 de Outubro de 2011.

DORE, R., LUSCHER, A. Z.. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Caderno de Pesquisas**. v.41, n.144, pp.770-789, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

DORE, R., CASTRO, T. L., SALES, P. E. N. Educação Profissional e Evasão Escolar: estudo e resultado parcial de pesquisa sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais. **IV Seminário do Observatório da Educação**. 2016. Disponível em: < <https://www.capes.gov.br/pt/seminarios/iv-observatorio-da-educacao/educacao-profissional-e-tecnologica>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

DORE, R., CASTRO, T. L., SALES, P. E. N. Educação profissional e evasão escolar: estudo e resultado parcial de pesquisa sobre a rede federal de educação profissional e tecnológica de Minas Gerais. **Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar**, ed. 3, Belo Horizonte: Rimepes, 2013.

FIGUEIREDO, N. G. S. **Análise dos fatores geradores de evasão no curso Técnico em Telecomunicações do CEFET-RJ/UNED Petrópolis: uma reflexão sobre qualidade em educação profissional**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Sistemas de Gestão. Niterói, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: < <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/854/1/Dissert%20Nat%C3%A1lia%20Gomes%20da%20Silva%20Figueiredo.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

FIGUEIREDO, N. G. S., SALLES, D. M. R. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em**



Educação. v. 25, n. 95, Rio de Janeiro, abr./jun, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017002500397>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREDENHAGEM, S. et al. A voz da evasão. **Revista EIXO**, v. 1, n. 2. 2012. Disponível em: < <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/51>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

GERHARDT, T. E., SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

**Plano Nacional da Educação (PNE)**. Disponível em: < <http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SILVA, C. R., PIMENTEL, B. R., FINARDI, K. R. Refletindo sobre a Evasão em um Curso Técnico do Pronatec. **UNOPAR Científica Ciências Humanas e Educação**, Londrina, v. 15, n. 3, p. 239-247, Out. 2014. Disponível em: < <http://revista.pgsskroton.com.br/index.php/ensino/article/view/490/460>>. Acesso em: 09 jul. 2019.



## O APLICATIVO DE WHATSAPP COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO PARA MELHORAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Instituições, Gestão e Compromisso Social

**Scheila Simone Secretti<sup>1</sup>**  
**Liziany Müller Medeiros<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é disseminar a importância de incluir o uso de ferramentas tecnológicas no trabalho de gestão administrativa e pedagógica na Educação à Distância. O processo de ensino-aprendizagem desta modalidade educacional acontece através das tecnologias digitais e redes de informação e comunicação. O trabalho de coordenação realizado no Polo Regional de Ensino Superior a Distância de Sobradinho, bem como qualquer outro trabalho de coordenação, demandam grande necessidade de organização, eficiência e comunicação instantânea, pois algumas situações necessitam de resolução imediata, como no caso de provas online diante de algum imprevisto. Assim, adotou-se o uso do aplicativo de WhatsApp para a realização de inúmeras tarefas, desde o contato entre coordenadores de Polos, coordenadores de cursos e coordenador de Polo/professores/tutores, tutores e acadêmicos, acadêmicos entre si, Polo e outras entidades, além do contato direto com mantenedores do Polo na Secretaria de Educação e Prefeito Municipal. Portanto, o uso do aplicativo WhatsApp foi bem aceito por todos os envolvidos e facilita a comunicação na gestão administrativa, além de auxiliar em questões pedagógicas com os alunos do Polo e professores dos cursos.

**Palavras-chave:** EaD, Aplicativo WhatsApp, Gestão, Melhores resultados.

### **INTRODUÇÃO**

A educação é a base fundamental para a sociedade e o acesso a ela é um direito garantido por lei. As dificuldades regionais, econômicas e geográficas criaram ao cenário brasileiro a necessidade de medidas para fomentar a oferta e o acesso à formação acadêmica. Para isso, o Sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil) e a modalidade de Educação a Distância foram criados com os objetivos de expandir e interiorizar a oferta de cursos superiores no país. Nos estados e municípios formam implantados os Polos de apoios presenciais, em cooperação técnica e administrativa

<sup>1</sup> Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico e Coordenadora do Polo UAB de Sobradinho, [scheilasecretti@yahoo.com.br](mailto:scheilasecretti@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Pós Doc. Em Zootecnia e Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo pela UFSM, [lizianym@hotmail.com](mailto:lizianym@hotmail.com).



entre governos municipais, estudais e as Instituições de Ensino Superiores Públicas, como forma de proporcionar o ensino ao alcance da população interiorana, menos favorecida e impossibilitada de dar seguimento a sua formação acadêmica, não fosse esta possibilidade. Assim, a Administração Municipal em parceria com UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) conseguiram aprovação do Projeto de criação e Implantaram o Polo Regional Regional de Ensino Superior a Distância de Sobradinho/RS através de edital público lançado pela Capes/MEC<sup>3</sup>, oferecendo ensino superior, público, gratuito e de qualidade para população do Centro Serra do Rio Grande do Sul.

## A educação a distância e a tecnologia

A partir dos avanços na área tecnológica, a informação e o conhecimento obtiveram uma forma de disseminação muito grande, uma vez que, a educação avançou muito e com isso a Educação a Distância ganhou espaço no cenário educacional brasileiro. Vilela (2018, p.2) ressalta que

o surgimento da educação a distância veio junto com aparecimento, “dos meios de comunicação, bem como a sua disseminação marcam essa evolução histórica passando por diversas etapas”, dentre elas, “pela etapa da correspondência, da radiodifusão, entrando pela fase da televisão, chegando à atuação conjunta de diversos meios de comunicação, incluindo os que se utilizam da internet.

Nesta modalidade de educação, a comunicação é um elemento fundamental e ela é mediada por diversos tipos de mídias: documentos impressos, rádio, vídeo, TV, fax, o computador e os aparelhos de celulares. O ensino a distância também faz o uso e apoia-se fortemente na utilização das TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação) e com isso amplia consideravelmente suas possibilidades. O avanço tecnológico permitiu que a EaD desse um salto quantitativo com relação à disponibilização de cursos em diferentes níveis de graduação, atendendo a clientelas bastante diversificadas (BEZERRA, 2011, p. 237). A flexibilidade dos horários, a não obrigatoriedade da frequência diária, a

<sup>3</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, secretariado Ministério da Educação e Cultura.



utilização do computador como ferramenta, entre outros elementos, amplia consideravelmente o leque de pessoas que podem incluir-se em um processo de formação institucional. A distância física é encurtada pelas tecnologias de comunicação que conectam professores, alunos e tutores fisicamente distantes. É possível

transpor a distância temporal ou espacial” fazendo recursos às tecnologias “unidirecionais” (uma-uma, um-em-muitos), como o livro, o telefone ou à tecnologia digital que é “multidirecional” (todos-todos), etc, eliminando a distância ou construindo interações diferentes daquelas presenciais. Mas, muito mais do que recorrendo à mediação tecnológica, é a relação humana, o encontro com o(s) outro(s) que possibilita ambientes de aprendizagem. Aprendizagem e educação são processos “presenciais”, exigem o encontro, a troca, a cooperação, que podem ocorrer mesmo os sujeitos estando “a distância”. “Presencialidade” pode significar, também, “estar juntos virtualmente”. O espaço físico está dando lugar ao ciberespaço ou à construção de “redes de aprendizagem”, onde professores e alunos aprendem juntos, interagem e cooperam entre si (PRETI, 2002).

O uso de ambientes virtuais determinou mudanças significativas nos processos de aprendizagem, pois a sala de aula virtual é o espaço de atuação da prática pedagógica do tutor a distância, ela não obedece a espaço físico e geográfico de uma sala convencional, ao contrário, trata-se de uma sala de aula que pode estar em vários lugares e a qualquer tempo.

Nesse contexto de aprendizagem, o estudante é o centro do processo, consequentemente, há necessidade da compreensão de novos papéis, funções e responsabilidades aos professores autores/supervisores, aos tutores, bem como para os estudantes e todos os profissionais que atuam nessa modalidade. O ensino passa ser aberto, centrado no estudante, interativo e participativo (BELLONI, 2008).

Dessa forma, os materiais didáticos são distribuídos por meio das tecnologias com diferentes abordagens metodológicas e são produzidos para o grande público, ganhando novas proporções dentro de um aprendizado que trás mudanças tanto no papel do professor, como do próprio aluno. Este, por sua vez, é o agente da sua própria aprendizagem, passa a ter muito mais responsabilidades sobre a forma como irá desenvolver as atividades e organizar seu tempo para estudos. Assim, o uso apropriado das tecnologias presentes no dia-a-dia, favorece ao indivíduo, a possibilidade de formação através da Educação



## O aplicativo de WhatsApp no ensino a distância

O ensino a distância só acontece através do uso das tecnologias digitais de Informação e comunicação (TDICs) que estão se aprimorando com a crescente procura pelos cursos online. As ferramentas tecnológicas fazem parte da vida dos estudantes, possibilitando novas maneiras e caminhos para um aprendizado mais sistêmico, através de plataformas ou Ambientes Virtuais de Aprendizagem, como o MOODLE<sup>4</sup>, por exemplo, que utiliza diversos recursos e possibilita a interação entre os envolvidos através de chats, fóruns, wikis, vídeo-aulas, etc. Da mesma forma, outros tipos de tecnologia vem facilitando o contato entre professores, tutores e alunos, mas que ainda não possuem um reconhecimento oficial pelas instituições de ensino a distância, como é o caso do aplicativo de WhatsApp.

O aplicativo de WhatsApp passou a ser presença constante no dia a dia de milhões de pessoas, e isso mudou muito a comunicação. Se antes a maneira mais comum de comunicação era o SMS, hoje em dia são raras as pessoas que optam por esse método para conversar. Muitos contatos telefônicos e correspondências por e-mails utilizados na educação a distância foram substituídos pela praticidade e rapidez de comunicação proporcionado pelo aplicativo, pois,

geralmente as mensagens enviadas por aparelhos móveis são mais rápidas, confiáveis, eficientes e baratas do que por canais alternativos de comunicação. Por isso, estudantes e educadores as utilizam cada vez mais para facilitar a troca de informações (UNESCO, p. 26).

O WhatsApp foi fundado em 2009, nos Estados Unidos, por Brian Acton e Jan Koum, é gratuito e oferece aos usuários serviços de mensagens de texto e áudio criptografadas, chamadas de voz e vídeo, envio e recebimento de diversos tipos de arquivos, além do compartilhamento de localização entre os usuários. Moran (2013) acrescenta que “Os celulares mais avançados, como smartphones, permitem que um aluno ou um professor filmem ao vivo, editem cada vídeo rapidamente e o envoiam ao YouTube ou a outro site, imediatamente. É muito fácil,

<sup>4</sup> Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment.



rápido e divertido ser produtor e transmissor de vídeo digital com tecnologias móveis hoje”.

Segundo as Diretrizes de Políticas da UNESCO para a aprendizagem móvel (p.9), “existem mais de 3,2 bilhões de assinantes de telefonia celular em todo o mundo, tornando o telefone celular a TIC interativa mais amplamente usada no planeta”, modificando o sistema de ensino-aprendizagem, uma vez que, diante de tantas possibilidades “o mundo é uma sala de aula” e segundo Costa (2007, p. 99), “o educador deve aproveitar as potencialidades do celular, como recurso pedagógico, tendo em vista que é uma realidade presente na vida de todos os educandos” e a educação deve se apropriar da evolução tecnológica para acompanhar as transformações sociais.

## O trabalho de gestão no Polo UAB e o uso do aplicativo WhatsApp

No Polo Regional de Ensino Superior de Sobradinho, todo aluno é muito especial, é acompanhado cuidadosamente pelo tutor presencial juntamente da coordenação do Polo e do Assistente a Docência (previsto pela Portaria da Capes 101/2018), uma vez que “É necessário um trabalho permanente de elevação da autoestima e de incentivo ao trabalho coletivo e de grupo, para que se sinta amparado e, aos poucos, vá se tornando mais seguro e consequentemente mais autônomo e apto a realizar as atividades sozinho” MÜHLBEIER (2018, pg. 114) em suas tarefas e acessos no ambiente virtual de aprendizagem. Os acadêmicos são contatados frequentemente pelo Polo para dialogar diante das dificuldades e diariamente são acompanhados em grupos de WhatsApp, já que “o aplicativo se tornou parte fundamental do dia a dia dos brasileiros” (R7, 2014).

O aplicativo também é utilizado no processo de divulgação de inscrições para editais de cursos, nos auxílios com documentações de matrículas e uso de senhas, orientações de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem e trocas de informações entre os acadêmicos nos grupos das turmas e grupos criados para estudos e atividades das disciplinas dos cursos. Nesse sentido, a comunicação que ocorre entre tutores e alunos tem por objetivo auxiliar todo indivíduo a converter as informações comuns chegadas até eles em conhecimento relevante



sob o aspecto pessoal (MOORE; KEARSLEY, 2007, p.16).

A equipe gestora também promove atividades de envolvimento do aluno com suas turmas e com o Polo num todo, através de grupos de estudos, palestras e eventos formativos como a Semana Acadêmica; atendimentos individuais; sessões de cinema; pesquisas; gravações; filmes; atividades práticas de campo; participações em documentário; produção de materiais a partir das atividades propostas pelos professores das disciplinas e projetos orientados pela coordenação do Polo e tutores. São feitos registros fotográficos, pois, “o uso de tecnologias digitais é primordial e para isso, o sujeito EaD (professor, tutor, aluno e gestor) deve possuir competências relacionadas ao domínio tecnológico” (BEHAR, 2013, pg. 56).

Os registros documentais e fotográficos servem para divulgar para a comunidade o que acontece através da Educação a Distância, no Polo de apoio presencial. Além disso, a gestão do Polo, sempre que possível, participa dos eventos organizados pela comunidade, pela secretaria de educação do município, pelas atividades promovidas pelos cursos nas IES e pela Capes, juntamente dos tutores e acadêmicos.

## **A pesquisa: Avaliação do aplicativo de WhatsApp na gestão administrativa e pedagógica**

Diante da expectativa em melhorar a comunicação e a interação entre os diferentes grupos que compõem o Polo UAB, criou-se grupos através do aplicativo WhatsApp, nos quais, os membros discutem os assuntos relevantes para o êxito de todos. Assim, o Polo possui grupos administrativos, de tutoria e de cursos. Cada curso possui o seu grupo de WhatsApp, com características distintas, formados por alunos, tutor presencial, assistente à docência e coordenação do Polo e em alguns grupos, a equipe de profissionais de professores e coordenação do curso também acompanha e participa das trocas de informações.

Para análise sobre a validade deste instrumento de comunicação na coordenação do Polo UAB de Sobradinho, realizou-se uma pesquisa com os alunos dos diversos cursos oferecidos no Polo, nos meses de julho a outubro de 2019. Como instrumento de coleta de dados foi aplicado um questionário tipo surway do



Google formulários<sup>5</sup> com perguntas abertas e fechadas, enviado através do Grupos dos Estudantes no aplicativo de WhatsApp.

O questionário intitulado “Avaliação do aplicativo WhatsApp como ferramenta de interação/comunicação do Polo UAB de Sobradinho é composto por 12(doze) questões que abordam aspectos administrativos e pedagógicos, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Questionário com pesquisa enviado aos estudantes do Polo pelo aplicativo WhatsApp.

#### ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO:

1. Você participa do grupo de WhatsApp do seu curso no Polo? Múltipla escolha:  
\*Sim; \*Não.
2. Com que frequência visualiza o grupo de WhatsApp? Múltipla escolha:  
\*Diariamente; \*Semanalmente; \*Mensalmente; \*Eventualmente.
3. Qual a sua satisfação com a utilização dos grupos de WhatsApp? Múltipla escolha: \*Insatisfeito; \*Pouco satisfeito; \*Satisfeito; \*Muito satisfeito.
4. A utilização do grupo de WhatsApp influencia na comunicação/interação de você com os colegas? Múltipla escolha: \*Sim; \*Não; \*Em partes.
5. A utilização do grupo de WhatsApp influencia na organização de seus estudos? Múltipla escolha: \*Sim; \*Não; \*Em partes.
6. A utilização do grupo de WhatsApp no curso é eficaz? Por quê? Descritiva.
7. A postura do Tutor, do Assistente à docência e coordenadora do Polo no grupo de WhatsApp correspondeu as suas expectativas? Múltipla escolha: \*Sim; \*Não; \*Em partes.
8. A utilização deste grupo de WhatsApp te auxiliou para se sentir parte da turma e do Polo? Múltipla escolha: \*Sim; \*Não; \*Em partes.
9. Qual relevância você daria para a utilização do grupo de WhatsApp? Múltipla escolha: \* Não relevante; \* Pouco relevante; \*Relevante; \*Muito relevante;
10. A utilização do grupo de WhatsApp te aproximou mais dos colegas? Múltipla

<sup>5</sup> Ferramenta on-line gratuita disponibilizada pela Google.



escolha: \*Sim; \*Não; \*Em partes.

11. A utilização do grupo de WhatsApp ajudou para o melhor entendimento do que é solicitado via ambiente virtual moodle? Descritiva.

12. Como foi sua experiência com a utilização do grupo de WhatsApp? Recomenda que continue? Coloque sugestões de melhoria.

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras

Os resultados obtidos com 55 (cinquenta e cinco) participações, estão apresentados nos gráficos gerados com a utilização do mecanismo de conversão de dados disponibilizado pelo próprio Google formulários. As informações serão apresentadas a seguir com os gráficos das questões 3, 7 e 12 apenas como amostra representativa da discussão aqui apresentada.

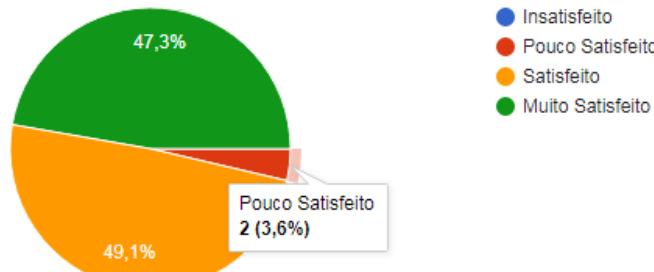
A questão número 3 coleta informações sobre a avaliação da utilização do aplicativo em grupo do curso, e conforme apresenta o Gráfico 1, percebe-se que 47,3% dos participantes avaliam como “muito satisfeitos” com o grupo de WhatsApp, outros 49,1% avaliam como “satisfeitos” e apenas 3,6% (representado por 2 alunos) avaliam como “pouco satisfeitos” o uso do aplicativo em grupo.

Gráfico 1- Satisfação.

3. Qual a sua satisfação com a utilização dos grupos de WhatsApp?



55 respostas



Fonte: Autoras, 2019.

A questão número 7 investiga a utilização do aplicativo WhatsApp para fins administrativos do Polo e pedagógicos dos cursos oferecidos, representado pelas



profissionais que atuam junto dos alunos, no Polo de apoio de presencial. Também investiga se a expectativa do participante foi correspondida com a utilização do grupo. É possível observar, relativamente às respostas enviadas, que 90,9% dos participantes avaliam como positiva, a postura das profissionais no grupo, enquanto apenas 9,1% avaliam como positiva a postura das profissionais, “em parte”. Pois estes dados é possível entender porque o Polo EaD de Sobradinho é reconhecido como importante espaço de formação acadêmica na região e motivo de grande orgulho para os profissionais e comunidade local, pois “a equipe do Polo de educação a Distância de Sobradinho possui consciência de sua função social e dedica-se a atender bem todas as pessoas que procuram o Polo” (MÜHLBEIER, 2018 pg. 115). É importante ressaltar que nenhum dos participantes avaliou como negativa a postura das profissionais, bem como apresenta o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Posturas e expectativas.



Fonte: Autoras, 2019.

Por vez, a questão número 12 do formulário Google, questiona sobre a experiência com o uso do aplicativo em grupo de estudo, as recomendações e sugestões do participante. Essa questão é aberta e algumas das respostas contidas no documento de pesquisa relatam:

Sim recomendo pois facilita pois muitos não conseguem ir até o polo. Sim. Desejo que continue pois é uma ferramenta que me ajuda muito..Sim deve continuar e ser mais utilizado pelos tutores como ferramenta rápida para



responder dúvidas dos alunos, afinal estudamos em um curso a distância onde o tutor deveria estar disponível sempre que o aluno tivesse alguma dúvida. Como experiência foi boa. Recomendo que continue. Recomendo que continue, auxiliou muito em divulgações de informações e datas. Deve continuar, porque em casa de dúvidas sempre alguma da resposta com brevidade. De meu ponto de vista a utilização do whatsapp deve continuar. A ferramenta proporciona uma maior aproximação entre colegas e professores. Muito gratificante por que me aproximou de pessoas, e também para sanar dúvidas frente as dificuldades que tive no decorrer das atividades do curso. Nenhuma. Estou tendo uma experiência muito significante, pois é uma ferramenta de muito rápido acesso a informação. Excelente, é uma ferramenta necessária. Deve continuar. Para mim está ótimo. Gostei de participar e espero que continue. Sou uma pessoa que só me manifesto em grupos se for muito necessário, não supporto besteirol, o nosso curso está focado. Sempre que recorri aos tutores e professores pelo wats fui respondida e muito bem orientada. Tenho a necessidade que esse grupo continue como está. Muito boa, pois somos atendidas assim que solicitamos algo. Ótima. Super recomendo! Sim, todos professores deveriam disponibilizar este para os alunos em especial os EAD. Vejo o acesso via Whats bem melhor do que o acesso via Moodle. É mais rápido e prático. Indico para outros grupos de estudo também. É importante que continue. A utilização do WhatsApp é um ótimo recurso, mesmo distante dos demais colegas conseguimos uma rápida comunicação, seja para resolver alguns assuntos referente ao curso ou sobre dúvidas dos conteúdos. Recomendo muito que continue.

Assim, pode-se conhecer os motivos e relatos dos participantes diante da questão. Percebe-se que a grande maioria dos estudantes consideram “positiva” a utilização do aplicativo WhatsApp em grupos no cursos que realizam junto ao Polo de apoio presencial de Sobradinho e o quanto é significativo este método de comunicação na educação a distância.

## CONCLUSÃO

Diante das informações apresentadas, pode-se afirmar que o Polo UAB de Sobradinho cumpre seu papel social e educacional, pois trabalha no sentido de atender a finalidade da UAB e do MEC em expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país e melhorar os dados estatísticos da do País, possibilitando o acesso a formação acadêmica, buscando melhores índices de desenvolvimento humano e qualidade educacional para a comunidade. Também valoriza a oferta de cursos pelas Instituições de ensino, trabalhando conjuntamente para a eficiência e qualidade dos cursos, além do comprometimento em fazer bom uso do investimento municipal na educação do município, proporcionando a toda região a oportunidade da oferta na Educação a Distância. Utiliza o aplicativo de



WhatsApp como meio de comunicação no trabalho administrativo e pedagógico, o qual é utilizado por todos de maneira positiva, proporcionando maior interação entre os atores no processo educacional, favorecendo maior aproveitamento nos cursos e minimizando as taxas de evasão, as quais também promovem melhores resultados na Educação a Distância.

## REFERÊNCIAS

BEHAR, Patricia A. Org. **Competências em Educação a Distância**. Porto Alegre: Penso, 2013

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

COSTA, Ivanilson. **Novas Tecnologias. Desafios e Perspectivas na Educação**. 1<sup>a</sup> ed. Clube dos Autores, 2011.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: uma visão Integrada**. 1<sup>a</sup> São Paulo: Cengage Learning, 2007.

MORAN, José Manuel. MASETTO, Marcos T., BEHRENS, Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21<sup>a</sup> ed. rev. e atual. – Campinas, SP: Papirus, 2013. Coleção Papirus Educação.

MÜHLBEIER, Andreia R. K. Orgs. **Trajetórias Educacionais na educação a Distância**. Santa Maria, Ed. Caxias, 2018.

POLO. **Avaliação do aplicativo WhatsApp como ferramenta de interação/comunicação do Polo UAB de Sobradinho**: Formulário Google. Elaborado por Polo Sobradinho.UAB Sobr Disponível em: [https://docs.google.com/forms/d/1L4JkjFP27G1Ruc88ZufX4-\\_DeAabdSBD\\_vMKAOaC9Q4/edit#responses](https://docs.google.com/forms/d/1L4JkjFP27G1Ruc88ZufX4-_DeAabdSBD_vMKAOaC9Q4/edit#responses). Acesso em 30 de outubro de 2019.

PRETI, Oreste. **O Estado da Arte sobre a Tutoria: Modelos e Teorias em construção**. Disponível em: [http://www.uab.ufmt.br/uab/images/artigos\\_site\\_uab/tutoria\\_estado\\_arte.pdf](http://www.uab.ufmt.br/uab/images/artigos_site_uab/tutoria_estado_arte.pdf). Acesso em: 23 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. “**Educação a distância: Uma prática educativa mediadora e mediatizada**”. Cuiabá: NEAD/IE – UFTM, 1996. Pp.15-56.



R7 Tecnologia e Ciência. **WhatsApp mudou a forma das pessoas se comunicarem neste ano, 2014.** Disponível em: < <https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/whatsapp-mudou-a-forma-das-pessoas-se-comunicarem-neste-ano-18122014>>. Acesso em: 08 de agosto de 2019.

UNESCO. (2013). “Policy Guidelines for Mobil Learning”. Publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura ( UNESCO), 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France. A tradução para o português desta publicação foi produzida pela Representação da UNESCO no Brasil. Disponível em: <http://www.bibl.ita.br/UNESCO-Diretrizes.pdf>. Acessado dia 29/10/2019.



## **Percepções dos alunos sobre a UFSM Cachoeira do Sul e sua influência na evasão e retenção no Campus**

### **Instituições, Gestão e Compromisso Social**

**Enzo Del Olmo Pozzatti<sup>1</sup>**  
**Vagner Stefanello<sup>2</sup>**  
**Letícia Oestreich<sup>3</sup>**  
**Alejandro Ruiz-Padillo<sup>4</sup>**

#### **RESUMO**

A evasão de estudantes no ensino superior cresceu consideravelmente nos últimos anos, despertando um interesse em compreender esse fenômeno. O campus da Universidade Federal de Santa Maria em Cachoeira do Sul/RS não é diferente, o número expressivo de evasões de alunos dos cursos de graduação nos cinco primeiros anos de atividade tem causado preocupação. Diante disso, faz-se necessário explorar maneiras de compreender a retenção e a evasão no ensino superior. Assim, o objetivo do presente trabalho é compreender os fatores que promovem a retenção dos alunos nos cursos ofertados no Campus. Para tanto foi aplicado um questionário de pesquisa aos alunos formandos e desenvolvido um grupo focal com os estudantes de semestres mais avançados norteados por questões relacionadas à permanência deles no curso diante a aspectos de percepção pedagógica, socioafetiva, do ambiente físico e pessoal. Com os resultados, espera-se contribuir para melhorar os índices de retenção, diminuir a evasão e orientar o desenvolvimento das metodologias ativas e inovadoras aplicadas em sala de aula.

**Palavras-chave:** Ensino superior; evasão; metodologias ativas de ensino; percepção dos alunos

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-CS), enzo\_pozzatti@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Engenharia de Transportes e Logística, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-CS), vagnerstefanello@gmail.com

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Engenharia de Transportes e Logística, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-CS), leticia.oestreich@hotmail.com

<sup>4</sup> Doutor em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-CS), alejandro.ruiz-padillo@ufsm.br.



## INTRODUÇÃO

A evasão no ensino superior, conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (BOF; OLIVEIRA, 2018), se manteve crescendo constantemente nos últimos 10 anos, girando em torno de 21%. Com isso diversos estudiosos têm analisado e estudado a evasão nas universidades, onde essa vem crescendo consideravelmente (KURTZ; TEIXEIRA, 2014; LAMERS et al., 2017). Nas universidades públicas, a preocupação com a evasão é com relação aos prejuízos gerados, diante da expectativa de um retorno à sociedade sobre os investimentos públicos que foram feitos. Na medida que ocorre a evasão, os prejuízos são duplos, pois além de perder os investimentos feitos para a respectiva vaga, houve uma privação na oportunidade de outros jovens terem uma vaga na universidade (COSTA; DIAS, 2015).

A evasão ocorre com mais frequência por alunos de cursos técnicos e de ciências exatas. A maior dificuldade em matérias como matemática, física ou química, leva a frequentes reprovações, o que acaba desmotivando os alunos a continuarem a graduação (BOF; OLIVEIRA, 2018; COSTA; DIAS, 2015). A falta de experiências práticas vivenciadas em sala de aula durante a graduação também contribui para desmotivar o aluno. No entanto, mesmo com tantas dificuldades vivenciadas pelos alunos, uma parcela deles, mesmo que menor, consegue enfrentar os desafios e concluir os seus respectivos cursos.

Nesse sentido, vários fatores podem contribuir para que os alunos consigam concluir seus estudos. Compreender esses fatores pode auxiliar na melhoria das condições fornecidas aos alunos, motivando-os a permanecer nos cursos de graduação, contribuindo para a diminuição das evasões nas universidades (FERNANDES et al., 2008; SCHLEICH et al., 2006). No entanto, a compreensão sobre a retenção difere em cada situação, onde o modelo teórico deve ser analisado sobre o contexto de estudo do caso.

Do mesmo modo, vários modelos foram criados para compreender os aspectos que influenciam o aluno de graduação na hora de decidir evadir do seu curso. Segundo a Comissão Especial de Estudos Sobre Evasão (1996), podem se diferenciar três modos de evasão do aluno no ensino superior. O primeiro tipo seria a evasão de curso, onde o aluno troca de curso, mas não necessariamente de



universidade. O segundo tipo seria a evasão de instituição, onde o aluno troca de universidade, mas não necessariamente de curso. E o terceiro caso seria a evasão do sistema (essa acontece quando o aluno desiste da formação superior).

Algumas teorias sobre evasão indicam que a mesma acontece por conta de dois pontos: a integração social e a acadêmica, onde a social seria do aluno participar além das aulas, mas também de atividades como eventos, festivais, entre outros. No caráter acadêmico, a ideia de pertencimento do aluno, no que diz respeito à percepção de desempenho e de desenvolvimento pessoal, aparece entre os aspectos mais destacados (KURTZ; TEIXEIRA, 2014). Porém essas teorias mostram se insuficientes para caracterizar os fatores atuais de evasão ou de retenção dos estudantes em suas universidades e cursos, onde a permanência no curso se mostrou mais dependente do compromisso com o curso em si, o que envolve tanto o sentimento de segurança profissional, esse último entendido como a percepção de um bom mercado de trabalho, ou de oportunidades nesse mercado (COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE EVASÃO, 1996).

A partir dessas e outras teorias, fica evidente a existência de diversos aspectos que motivam o aluno a permanecer no curso de escolha. Entre os principais itens, o interesse pelas aulas e a motivação com o curso mostrou-se mais propício ao estudante continuar na graduação, mas apareceram atributos relacionados a diferentes aspectos, sociais, afetivos, pedagógicos, econômicos, de infraestrutura e pessoais (COSTA; DIAS, 2015; FERNANDES et al., 2008; SCHLEICH et al., 2006).

A partir dessa abordagem, o objetivo deste trabalho é analisar os fatores que promovem e influenciam a retenção dos alunos da Universidade Federal de Santa Maria no campus de Cachoeira do Sul, desde o ponto de vista dos alunos que manifestaram sucesso na sua caminhada acadêmica no Campus.

## METODOLOGIA

O cenário de estudo foi a comunidade acadêmica da Campus da UFSM em Cachoeira do Sul, cidade localizada no centro do Estado do Rio Grande do Sul. A sua principal atividade econômica é a agricultura e a pecuária, onde antigamente a cidade era considerada a capital nacional do arroz. Hoje em dia a cidade tornou se



um influente polo universitário, contando com cerca três campi universitários e diversos polos de EAD, além do crescimento da indústria metalomecânica.

O campus da UFSM em Cachoeira do Sul, implantado em 2014, oferta atualmente cinco cursos de caráter tecnológico, entre eles três diurnos (Engenharia Agrícola, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica) e dois noturnos (Arquitetura e Urbanismo e Engenharia de Transportes e Logística). Até o ano de 2018 o campus funcionava em prédios no centro da cidade cedidos pela Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul ou alugados. Já no início desse ano (2019), o campus começou a transferência das suas atividades fora da área central, onde a infraestrutura da universidade está em fase de obras, ocorrendo assim aulas em apenas dois dos sete blocos que serão entregues futuramente.

Como forma de obter os fatores que contribuem para a retenção dos alunos da Universidade Federal de Santa Campus Cachoeira do Sul esse trabalho foi norteado através da identificação de aspectos relativos às percepções pedagógicas, socioafetivas, do ambiente físico e pessoais que estão relacionados à retenção dos estudantes nos cursos de graduação. As percepções foram captadas para dois momentos em que se encontram os alunos: (I) Percepções dos alunos formandos, e (II) Opiniões dos estudantes em semestres finais do curso. Para a primeira parte, foi desenvolvido um questionário com base nos aspectos levantados na revisão bibliográfica sobre a retenção dos alunos, e para a segunda parte as percepções dos alunos foram captadas através da técnica de grupo focal (TAGUE, 2005).

O questionário aplicado aos formandos do Campus (primeiras turmas, no semestre 2019/1) foi composto por 80 perguntas, organizadas em seis principais seções: perfil do entrevistado (informações sobre o aluno), preferências de aprendizado (opinião sobre estratégias de ensino inovadoras), percepção pedagógica (afirmações em relação à escolha do curso e seu desenvolvimento), percepção socioafetiva e econômica (sobre o apoio da família, da instituição e da cidade), percepção do ambiente físico (afirmações sobre a infraestrutura do campus) e percepção pessoal (sobre o próprio desempenho do aluno). Cabe destacar que, por ser a primeira turma de formandos, ela foi reduzida, contando com 4 de Engenharia Elétrica, 2 de Engenharia Agrícola e 1 de Engenharia Mecânica, e sendo duas deles mulheres. Dos outros dois cursos, os noturnos, não houve formandos por

se tratarem de cursos de 12 semestres de duração e, portanto, com expectativa da primeira turma de formandos em 2020/1.

O questionário teve como foco entender como e por que esses alunos na etapa final da graduação conseguiram chegar até esse objetivo, e por que alguns dos seus colegas, quando entraram com eles no início do curso, não tiveram sucesso. Para verificar a adequada compreensão do questionário, foi aplicado em primeiro lugar a um aluno de forma presencial, como questionário piloto, e, uma vez ajustado a partir desse retorno, foi respondido pelos outros formandos do Campus de forma on-line, mediante a ferramenta do *GoogleForms*.

Na segunda etapa do trabalho, foi criado um grupo focal, pequena reunião de pessoas reunidas para avaliar os conceitos e identificar os principais problemas, através dos fatores selecionados nas etapas anteriores do estudo. O grupo contou com a participação de quatorze estudantes, três de cada um dos cursos ofertados no Campus (exceto de Engenharia Elétrica, do qual foram apenas dois), todos próximos do fim da graduação. O objetivo do grupo focal foi verificar os aspectos sobre a evasão do campus apresentados no questionário aplicado aos formandos, conferindo a necessidade de eliminar ou complementar os que foram levantados no estudo bibliográfico, assim como hierarquizar os fatores, de forma a conhecer quais são os mais importantes. O grupo focal foi conduzido pela equipe do projeto.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos resultados obtidos a partir do questionário, cabe destacar a variedade na cidade de procedência dos alunos, sendo apenas dois de Cachoeira do Sul e os outros de outras cidades do Estado. As idades ficaram na faixa de 22 a 28 anos. A maioria procede de escola pública, assim como ou trabalham ou recebem benefício socioeconômico da Universidade, de forma que são responsáveis total ou parcialmente pelo seu próprio sustento. Cabe destacar que o fato de serem possibilidades de graduação de ensino gratuito no entorno da sua cidade de origem foi indicado fortemente pelos formandos como razão de escolha, mesmo sem ser sugerida pela família ou depender diretamente da sua nota de ingresso desde o ensino médio, o que vai ao encontro da necessidade de reforçar essas opções na população do interior dos Estados.

Alguns dos itens que aparecem com destaque na literatura para fomentar a retenção nos cursos é a participação dos alunos em projetos ou atividades de monitoria, e precisamente a maioria dos formandos (mais de 85%) tiveram essa atuação. Isso se relaciona com os resultados obtidos em relação às preferências de aprendizado, pois a maioria das respostas indicou maior interesse pela experimentação ativa (fazer) e com o uso de estratégias inovadoras em sala de aula. Da mesma forma, os resultados ofereceram maiores preferência por atuação “racional”, “visual”, “ativa” e “sequencial”, o que se relaciona diretamente com o carácter técnico e aplicado dos cursos estudados. Portanto, para fomentar a retenção nesse tipo de alunos e, assim, no Campus, estima-se que estratégias voltadas à aplicação direta de conhecimentos e relacionadas com a atuação futura dos profissionais devem ser potencializadas. A resposta dos formandos manifestando-se moderadamente a favor de trabalhos em grupo contribui com essa prática em equipe com é desenvolvida no mercado de trabalho, embora muitos indicaram como tamanho ideal dessa equipe dois participantes e na qual atuam fundamentalmente como líderes e muito colaborativos.

Outra das questões fortemente relacionadas com a possibilidade maior de finalizar a graduação no curso escolhido pelo aluno é que seja do seu interesse, assim como se encaixe nas opções de trabalho nesse momento final do curso, mesmo que muitos afirmaram não conhecer todas as características do mesmo no momento do ingresso. A valoração geral dos professores e das aulas foi boa, embora necessidades de melhorar a didática e de fomento da participação foram apontadas.

Finalmente, outros aspectos destacados como muito importantes para evitar a evasão desde o ponto de vista dos formandos entrevistados foram o apoio afetivo e financeiro da família e o prestígio da universidade, no qual influenciou muito a visualização da UFSM como agente transformador da sociedade e conhecida pelos programas de apoio ao estudante ao longo da vida acadêmica.

Continuando com a segunda etapa do trabalho, são apresentados a seguir os resultados obtidos do grupo focal. Inicialmente, com o objetivo de caracterizar a amostra dos 14 participantes, todos preencheram uma breve ficha com informações básicas. Assim, o grupo focal contou com 7 pessoas do sexo masculino e 7 pessoas



do sexo feminino e a faixa etária dos participantes variou de 20 a 28 anos de idade, sendo que 57,14% deles possui entre 22 e 23 anos. A maioria nem trabalhava nem realizava estágio remunerado no momento da sua participação no projeto. Porém, 64% dos participantes afirmaram que participam atividades extracurriculares, o que indica uma boa procura dos alunos por atividades que possam agregar durante a sua caminhada acadêmica.

Com relação à participação dos alunos em bolsa de projeto, mais de 50% dos alunos indicaram esse aspecto, o que reforça a importância de que a universidade ofereça aos estudantes possibilidades de atuação em projetos de pesquisa, ensino e extensão, o que pode auxiliar no aumento do índice de retenção de alunos na instituição, e também justifica a menor presença de trabalhadores e estagiários no grupo focal. No entanto, 85,71% dos alunos não participa de atividades de cunho social, mostrando pouco envolvimento da comunidade acadêmica em questões dessa natureza.

Após a realização de uma dinâmica de apresentação e conhecimento entre os participantes, foram apresentados inicialmente os objetivos do projeto e definições gerais dos quatro conjuntos de aspectos estudados (percepção pedagógica, percepção socioafetiva e econômica, percepção do ambiente físico e percepção pessoal). Em seguida, os alunos foram distribuídos em quatro grupos (Figura 1), com o objetivo de debater sobre cada um dos conjuntos de aspectos, sequencialmente, orientados por algum dos membros do projeto, com o objetivo de identificar atributos para cada um, os quais seriam posteriormente comparados com a lista previamente levantada da literatura.



**Fig. 1 – Grupo focal dividido em quatro grupos. Fonte: os autores.**

Uma vez consolidadas as listas dos quatro conjuntos de aspectos, foi solicitado ao grupo focal o debate sobre a importância dos mesmos sobre a colaboração na retenção no Campus, até chegar a um consenso sobre a ordem de influência. Os resultados foram os seguintes, apresentados de maior a menor importância.

Em relação com a Percepção Pedagógica: Ensino gratuito; Interesse pessoal pelo curso; Oportunidades no mercado de trabalho; Competência e conhecimento dos professores sobre o conteúdo das disciplinas; Estilo de ensino/aprendizagem dos professores; Coerência entre o conteúdo das disciplinas e as atribuições do curso; Utilização de estratégias de ensino inovadoras em disciplinas; Palestras/encontros com profissionais da área, mostrando sua visão, perspectiva e carreira; Horários das aulas (turnos diurno/noturno); Ter a monitoria como opção de estudo e tirar dúvidas; Realização de trabalhos em grupo para disciplinas; Possibilidade de implantação de estudos na cidade; Avaliação dos professores ao final do semestre; Ser ofertado em Cachoeira do Sul; Participação no Diretório Acadêmico (representatividade).

Da lista original, foram retirados os seguintes itens: carga horária de aulas por semana e opções de estágio do curso. Pode-se verificar a coincidência com os aspectos destacados no questionário, com especial atenção às opções de ensino gratuito e interesse pessoal, assim como possibilidades de trabalho, mas não tanto por ser especificamente em Cachoeira do Sul, entre outros.

Dentro da Percepção Socioafetiva e Econômica, ficaram definidos os seguintes itens: Apoio familiar; Possibilidade de benefício socioeconômico ou auxílio-moradia da Universidade; Suporte financeiro da família; Prestígio da Universidade; Relacionamento com os colegas; Relacionamento com os servidores da universidade (professores/técnicos); Possibilidade de bolsas para projetos ou atividades na Universidade; Segurança em Cachoeira do Sul; Cidade pequena e acolhedora; Opções de moradia em Cachoeira do Sul; Participação em projetos ou atividades extracurriculares no Campus; Serviços de transporte em/de/para Cachoeira do Sul; Serviços de saúde em Cachoeira do Sul; Opções de convívio e lazer em Cachoeira do Sul; O tamanho do Campus propicia a integração entre alunos de diferentes cursos e semestres.



Da lista original, foram retirados os seguintes itens: recursos financeiros próprios, opções de estágio remunerado durante a graduação, opções de convívio e lazer no campus, serviços de telecomunicações (internet/telefone/TV) em Cachoeira do Sul e opções de alimentação em Cachoeira do Sul. De novo, os aspectos destacados coincidiram com os resultados do questionário aos formandos, pois obtiveram relevância os apoios familiares e da instituição, tanto econômico quanto dos servidores e do conceito que oferece perante a sociedade. Porém, opções de convívio, alimentação e transporte não foram tão importantes, o que vem ao encontro da escassa inserção social dos alunos em atividades de cunho social, como indicado anteriormente.

Dentro da Percepção do Ambiente Físico do Campus, a ordem de importância dos atributos foi a seguinte: Infraestrutura de salas do Campus; Casa do Estudante; Infraestrutura e serviços do Restaurante Universitário do Campus; Infraestrutura e acervo da Biblioteca do Campus; Acesso à internet no Campus; Infraestrutura e equipamentos de laboratórios no Campus; Infraestrutura e opções para estudo e trabalhos extraclasse no Campus; Mais acessibilidade para pessoas com alguma deficiência física; Acesso a softwares específicos; Acesso ao computador no Campus.

Da lista original, não foi retirado nenhum item. Novamente, os aspectos relacionados ao apoio ao aluno, como a casa do estudante, o restaurante universitário e a biblioteca foram destacados, além das salas especificamente. Porém, a maioria dos alunos já dispõe de computador próprio e acesso fácil a softwares, de modo que não foi dada tanta importância à disponibilidade dos mesmos no Campus.

Finalmente, em relação à Percepção Pessoal, os aspectos ficaram ordenados da seguinte forma: Persistência em aspectos difíceis; Realização pessoal no curso; Percepção do melhor método para estudo e rotina de estudo; Desempenho acadêmico no curso; Reconhecimento pelos trabalhos desenvolvidos no curso; Sensação de respeito na universidade; Percepção da própria evolução como pessoa e como estudante, conhecendo seus limites e capacidades; Resiliência; Autonomia e responsabilidade; Empatia.



Da lista original, foi retirados o item relacionado à colaboração dos colegas nas atividades no curso. Chama a atenção, portanto, de novo, a importância da realização pessoal no curso, mas também a necessidade de persistência e dedicação do aluno para obter um adequado desempenho nas provas e trabalhos, o que faz ele se motivar para continuar. É interessante destacar que no que tange ao estilo de aprendizado dos participantes do grupo focal, a grande parte prefere “fazer” (experimentação ativa) do que os demais estilos, como foi observado nos formandos, característica essa que é predominante em cursos de exatas e ciências sociais aplicadas, como é o caso dos presentes no campus de Cachoeira do Sul.

Portanto, foi possível encontrar itens em comum entre os dois grupos de alunos entrevistados (mediante questionários e através do grupo focal) e relacionar com os aspectos específicos do Campus, o que facilita a adoção de medidas para melhorar as condições da instituição no seu dia-a-dia. Da mesma forma, a complementação dos modelos teóricos e práticos encontrados na literatura ao caso de estudo do Campus permitiu identificar semelhanças e diferenças de acordo com as características do cenário de estudo analisado.

## CONCLUSÃO

A preocupação pela evasão nos cursos de graduação, especificamente das instituições públicas, exige a análise dos fatores que contribuem para esse fenômeno, com o objetivo de combater os aspectos que desmotivam aos alunos a continuar sua vida acadêmica, assim como para fomentar aqueles que garantem uma maior permanência na instituição de ensino e no curso escolhido. No Campus da UFSM em Cachoeira do Sul, de recente criação e ainda em processo de implantação, o estudo desses fatores pode trazer grandes benefícios para o entendimento da retenção e evasão dos alunos e melhorar as condições do Campus no momento atual e para o futuro.

Os resultados obtidos a partir da aplicação de questionários aos alunos da primeira turma de formandos do Campus e a partir de um grupo focal com estudantes dos semestres mais avançados de todos os cursos ofertados podem contribuir e orientar para o desenvolvimento de metodologias ativas e inovadoras em

sala de aula, por conta de esses fatores serem importantíssimos para retenção dos alunos.

O trabalho desenvolvido na UFSM-CS se mostrou satisfatório e benéfico na medida em que foi desenvolvido especificamente para o Campus. As pesquisas sobre evasão são muito importantes para os gestores terem os principais pontos da evasão em suas instituições, assim melhorando o que for possível para maior permanência dos alunos. Deste modo reforça-se a necessidade de uma adaptação do modelo teórico para realidade, tentar entender e melhorar os fatores relacionados à área de estudo.

Assim, os aspectos mais destacados focaram no apoio financeiro da família e da instituição, assim como a oferta de ensino gratuito, assim como a adequada aderência do curso escolhido com os interesses pessoais e de possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Igualmente, as condições de infraestrutura de salas de aula e biblioteca foram relevantes para a melhora das condições de retenção no Campus, assim como a motivação do aluno a partir do sua própria dedicação e os resultados obtidos nas disciplinas.

Como trabalhos futuros, espera-se aplicar o questionário desenvolvido e aprimorado a partir das opiniões do grupo focal aos alunos dos diferentes semestres dos cursos, com objetivo de comparar resultados entre as etapas da vida acadêmica do aluno, assim como ampliar a maior número de estudantes e poder identificar diferenças em relação ao curso, semestre de ingresso, tipo de estola de origem, entre outros. Da mesma forma, comparar resultados de estudos similares em outros campi da UFSM ou em outras instituições, pode mostrar aspectos importantes para fomentar a retenção em diferentes cenários.

## AGRADECIMENTOS

O acadêmico Enzo Del Olmo Pozzatti agradece o auxílio financeiro do Programa de Incentivo ao Ensino (FIEN) da UFSM. O professor Alejandro Ruiz-Padillo agradece ao CNPq pelo apoio financeiro (Processo 308870/2018-2 e Processo 422635/2018-9). Os autores agradecem a colaboração da professora Brenda Medeiros Pereira e de todos os participantes do grupo focal e dos formandos 2019/1 do Campus nas respostas aos questionários.



## REFERÊNCIAS

BOF, AM; de OLIVEIRA, AS. **Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília 2018.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior. Públicas.** ANDIFES/ABRUDEM/SESu/MEC. Brasília, 1996.

COSTA, DL; DIAS, SM. **A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão.** Jornal de Políticas Educacionais v. 9, n.17-18, p. 51-60, 2015.

FERNANDES, F; MUNIZ, M; BARTHOLOMEU, D; PASETTO, N; OLIVEIRA, A; LOPES, W. **Estudo para a construção de uma escala de satisfação acadêmica para universitários.** Avaliação Psicológica, v. 7(1), p. 45-55, 2008.

KURTZ, A; TEIXEIRA, MA. **Evasão universitária: modelos teóricos internacionais e o panorama das pesquisas no Brasil.** Psicologia Argumento, v. 32, n. 79, p. 9-17, Supl. 1, 2014.

LAMERS, J; dos SANTOS, B; TOASSI, RM. **Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia.** Educação em Revista (Belo Horizonte), n.33, p. 1-26, 2017.

SCHLEICH, AL; POLYDORO, SA; dos SANTOS, AA. **Escala de satisfação com a experiência acadêmica de estudantes do ensino superior.** Avaliação Psicológica, v. 5(1), p. 11-20, 2006.

TAGUE, N. **The Quality Toolbox.** 2nd edition. American Society for Quality, Quality Press, Milwaukee, EUA, 2005.